



Nº 1147 - Semanal  
0,50 €

28 Março 2002

# ACÇÃO SOCIALISTA

ÓRGÃO OFICIAL DO PARTIDO SOCIALISTA

Director António José Seguro Director-adjunto Sílvino Gomes da Silva  
Internet [www.ps.pt/accao](http://www.ps.pt/accao) E-mail [accao.socialista@partido-socialista.pt](mailto:accao.socialista@partido-socialista.pt)

REUNIÃO DA COMISSÃO POLÍTICA

## OPOSIÇÃO RESPONSÁVEL E CONSTRUTIVA



Ferro Rodrigues reafirmou que o PS será “oposição responsável e construtiva” e insistiu na ideia de avançar com a limitação de mandatos nas estruturas do partido, uma medida revolucionária no panorama político-partidário português. Estas posições do secretário-geral foram assumidas na reunião da semana passada da Comissão Política do PS, na qual foram analisados os resultados das últimas eleições legislativas e agendada para depois das férias da Páscoa uma reunião da Comissão Nacional do partido que, por sua vez, marcará para Outubro o próximo congresso.

► Páginas centrais

### TRABALHO DE EQUIPA

Os novos deputados socialistas estão prontos a exercer funções e prometem dar o seu melhor para não defraudar as expectativas do eleitorado que confiou no PS.

Fazer uma oposição construtiva e criar condições para a execução de projectos concretos, sem negligenciar a defesa dos ideais consubstanciados no programa do Partido, são algumas das metas traçadas pelos sete parlamentares com quem o “Acção Socialista” falou esta semana.

Na perspectiva dos recém eleitos representantes do povo, os interesses de Portugal estão primeiro, pelo que a oposição socialista fará marcação cerrada às investidas laranja irresponsáveis, servindo o País sem deslumbramentos, aproximando eleitores e eleitos, num trabalho de equipa concertado, mas sem unanimismos.

► Página 6

### PRESIDENTES DAS FEDERAÇÕES ANALISAM RESULTADOS ELEITORAIS

Correspondendo ao repto lançado pelo nosso secretário-geral na última reunião da Comissão Política, o “Acção Socialista” falou com todos os responsáveis federativos do partido no sentido de procurar obter respostas políticas para os resultados eleitorais de 17 de Março. Sendo certo que ao nível nacional o PS se quedou por um “resultado honroso”, conforme a classificação de Ferro Rodrigues, a verdade é que há diferenças assinaláveis nos diferentes distritos que traduzem tendências regionais. Numa análise rápida, pode-se constatar que o PS saiu vencedor no Sul do País, em Lisboa e no Porto, perdeu as ilhas o Norte e parte do Centro de Portugal. Mas, para cada círculo eleitoral há uma explicação própria dos resultados obtidos. As justificações vão desde o bom desempenho do Governo, à ausência desse trabalho, à grande campanha de Ferro Rodrigues, ao empenhamento dos militantes ou à proximidade das eleições autárquicas.

► Página 5

# A SEMANA REVISTA

Realizou-se a primeira reunião da Comissão Política do PS após as eleições de 17 Março, tendo ficado definida a estratégia do partido para a próxima legislatura.

António Guterres deslocou-se ao Fundão para o seu último acto público enquanto primeiro-ministro, tendo oferecido à Câmara Municipal sete dezenas de peças que recolheu nos últimos seis anos de governação, e que vão preencher aquela que será a futura Sala António Guterres.

A presidente da Câmara Municipal de Vila Franca de Xira, Maria da Luz Rosinha, foi eleita presidente da Área Metropolitana de Lisboa.

Jorge Sampaio participou nas celebrações do Dia do Estudante que este ano tiveram a particularidade da comemoração dos 40 anos da crise académica de 1962.

Jaime Gama deslocou-se à República da Moldávia, no âmbito da presidência portuguesa da OSCE.

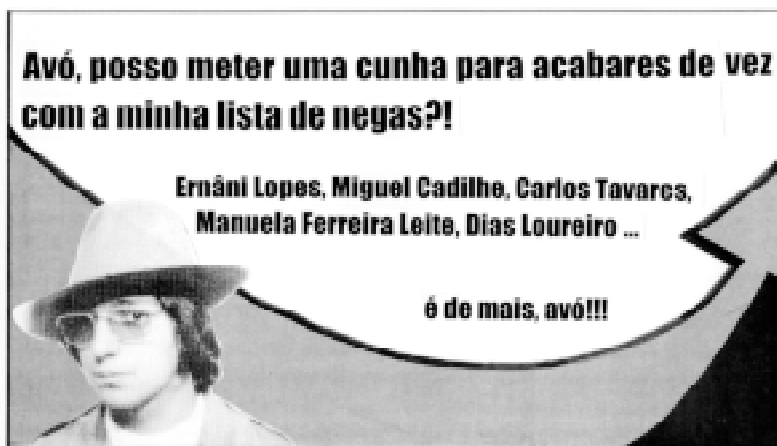
Um protocolo entre o Ministério da Ciência e Tecnologia e a Marinha permitiu transformar o Planetário Calouste Gulbenkian em Centro de Ciência Viva.

Jorge Sampaio presidiu à cerimónia de entrega do galardão do ano, atribuído pela Associação de Imprensa Estrangeira ao cineasta Manuel de Oliveira.

Portugal foi o País da União Europeia que o ano passado mais progrediu na resolução dos processos de infracção na área ambiental, segundo o estudo vindo a publico com origem no Ministério do Ambiente.

SEG. TER. QUA. QUI. SEX. SÁB. DOM.

## A LISTA DE NEGAS... DO ZÉ



Zé Manel Durão, aos 17 anos, in VISÃO

**Ao que consta, o desejado Miguel Cadilhe disse não à pasta das Finanças, assim como Ernâni Lopes que também declinou o convite. Os jornais já publicaram outros nomes, sendo o de Manuela Ferreira Leite aquele que mais insistentemente é agora dado como certo para o lugar. Mas, qualquer que venha a ser o novo titular deste importante sector, será uma terceira, quarta ou quinta escolha, revelando uma grande fragilidade, exactamente na área em que se pretendia dar o sinal de maior firmeza e determinação.**

EDITORIAL

# QUEM SEGUE O CHERNE?

A formação do novo Governo está a revelar-se uma tarefa bem mais difícil do que era suposto para quem anunciava aos quatro ventos ter consigo a nata dos economistas, juristas e intelectuais, enfim a elite do País. Afinal, até ao momento a montanha pariu um rato (ou um cherne, tanto faz) e aquilo que tem vindo a público na Comunicação Social são as sistemáticas recusas em integrar o elenco governativo liderado pela dupla Barroso/Portas.

Ao que consta, o desejado Miguel Cadilhe disse não à pasta das Finanças, assim como Ernâni Lopes, que também declinou o convite. Os jornais já publicaram outros nomes sendo o de Manuela Ferreira Leite aquele que mais insistentemente é agora dado como certo para o lugar. Mas, qualquer que venha a ser o novo titular deste importante sector, será uma terceira, quarta ou quinta escolha, revelando uma grande fragilidade, exactamente na área em que se pretendia dar o sinal de maior firmeza e determinação.

Outro dos ditos barões do PSD, Dias Loureiro, ao que consta, terá também recusado o Ministério dos Negócios Estrangeiros, alegadamente por compromissos profissionais recentemente assumidos com a instituição bancária para a qual trabalha. Prouença de Carvalho e Vasco da Graça Moura porque é que também não estão disponíveis a integrar o próximo Governo, depois de na campanha eleitoral terem sido apresentados como mentores para as áreas da justiça e da cultura?

Certa é apenas a aceitação de Bagão Félix, independente próximo do PP, restando saber se vai para a saúde ou para a segurança social. O facto relevante é que o único ministerial conhecido é oriundo do Largo do Caldas, o que não deixa de constituir um prenuncio, a diversos níveis, daquilo que será o futuro Governo de Portugal.

A Comunicação Social tem também dado relevo ao desagrado de certos sectores do PSD em verem Paulo Portas à frente do Ministério da Administração Interna, pois isso seria dar-lhe

poder e protagonismo a mais, acrescentando o facto desta pasta integrar tradicionalmente o nevrálgico serviço de informações. Fala-se que poderá ser ministro de Estado com responsabilidades em outro qualquer sector relativamente menos importante, de forma a impedir-lhe veleidades de rivalizar com o primeiro-ministro. Parece que fora de questão está o cargo de vice-primeiro-ministro por razões mais do que óbvias. É que ninguém no PSD encara a possibilidade de Portas poder vir a substituir o primeiro-ministro, em caso de impedimento ou ausência no estrangeiro de Durão Barroso.

Qualquer que venha a ser a solução governativa encontrada, o PS definiu a sua estratégia de forma clara na última reunião da Comissão Política. Será oposição séria, responsável, construtiva com a apresentação de propostas alternativas, tendo sempre no horizonte o bem maior que é o interesse nacional.



SILVINO GOMES DA SILVA

*Silvino Gomes da Silva*

JUNTA METROPOLITANA DE LISBOA

# ROSINHA QUER REFORÇO DAS COMPETÊNCIAS

**Exigir o reforço das competências da Junta Metropolitana de Lisboa, a revisão do Plano de Ordenamento do Território para a Área Metropolitana de Lisboa (PROTAML) e a criação da Autoridade Metropolitana de Transportes, são algumas das reivindicações que a autarca socialista Maria da Luz Rosinha avançou como objectivos para os quatro anos do mandato para que foi empossada.**

A socialista Maria da Luz Rosinha assumiu a presidência da Junta Metropolitana de Lisboa, tendo como vice-presidentes Maria Amélia Nunes (PS), António Capucho e Fernando Seara (PSD) e Ana Teresa Sá (CDU), numa eleição marcada por uma ausência muito notada: a de Pedro Santana Lopes, o autarca do PSD que pretendia a presidência deste órgão.

A presidente da Câmara Municipal de Vila Franca de Xira destacou o facto de a direcção da Junta e a Comissão Permanente terem, pela primeira vez, uma maioria de mulheres, e sublinhou que a Junta Metropolitana de Lisboa (JML) representa três milhões de portugueses, pelo que manifestou a vontade de exigir à administração central "um aumento das competências para as áreas metropolitanas e a apresentação ao Governo de uma série de matérias como a mobilidade dos cidadãos e questões ambientais, urbanísticas e sociais". "Rapidamente vamos entrar em contacto com a Junta Metropolitana do Porto para articular posições que deverão ser comuns às duas juntas em questões de mobilidade, urbanismo, coesão social e ambiente", declarou. Para a próxima semana está já marcada uma

reunião da Comissão Permanente da JML. O Plano de Ordenamento do Território para a Área Metropolitana de Lisboa (PROTAML) é para a nova presidência uma questão fundamental, segundo Maria da Luz Rosinha, que anunciou que vai ser reaberta uma discussão interna sobre o processo.

**Atribuições da Área Metropolitana**

A Área Metropolitana de Lisboa engloba 19 municípios, onde o PS detém a maioria, foi criada pelo Decreto-Lei nº 44/91 de 2 de Agosto, é liderada pela Junta Metropolitana e inclui a Assembleia Municipal. Da primeira fazem parte os presidentes das autarquias e da segunda 50 elementos eleitos nas assembleias municipais em representação do PS, PSD, CDU e CDS/PP. São quatro as atribuições da Área Metropolitana de Lisboa: assegurar a articulação dos investimentos municipais que tenham âmbito supramunicipal; assegurar a conveniente articulação de serviços de âmbito supramunicipal, nomeadamente nos sectores dos transportes colectivos, urbanos e das vias



de comunicação de âmbito metropolitano; assegurar a articulação da actividade dos municípios e do Estado nos domínios das infra-estruturas de saneamento básico, de abastecimento público, da protecção do

ambiente e recursos naturais, dos espaços verdes e da protecção civil e acompanhar a elaboração dos planos de ordenamento do território, bem como a sua execução".

J. C. C. B.



CASTELO BRANCO E BORBA

## VIAGEM PELAS TERRAS MAIS SOCIALISTAS

**Castelo Branco e Borba são, desde as últimas legislativas, respectivamente, o distrito e o concelho mais socialistas. O bom trabalho desenvolvido pelos candidatos e estruturas locais do partido e a obra feita pelo Governo, no quadro da sua aposta no desenvolvimento do interior do País, que foram reconhecidos pelas populações locais, são a explicação para o voto maciço no PS.**

Em Castelo Branco, um distrito onde o PSD apostou forte, com a presença nas suas listas de dois pára-queidistas de peso, os mediáticos Maria Elisa e Ribeiro Cristóvão, os resultados obtidos pelo PS ganham ainda uma maior dimensão. Castelo Branco foi o distrito onde o nosso partido obteve a maior votação, 46,7 por cento, conseguindo eleger três deputados, José Sócrates, Fernando Serrasqueiro e Valter Lemos, contra dois mandatos do PSD, numa consagração dos "candidatos a deputados que lá estão", nas palavras do cabeça-de-lista no distrito, José Sócrates.

Em declarações ao nosso jornal, Fernando Serrasqueiro, presidente da Federação de Castelo Branco, avança três razões para o excelente "score" obtido pelo PS no distrito.

A primeira razão, afirma, "tem a ver com o reconhecimento da obra feita pelo Governo de



António Guterres, como os grandes investimentos estratégicos, os estímulos fiscais ao interior, e a aposta no desenvolvimento económico, sem ímpar em qualquer outra época". Fernando Serrasqueiro refere, entre outras realizações, "o investimento nas acessibilidades, a construção da auto-estrada da Beira Interior, sem custos para o utilizador, a modernização e electrificação da linha da Beira Baixa, a criação da Faculdade de Medicina na Universidade da Covilhã, o regadio da Cova da Beira, aspiração de dezenas de anos, a intervenção no regadio de Idanha-a-Nova, e a inclusão das cidades de Castelo Branco e Covilhã no programa Polis".

A segunda razão avançada pelo líder da Federação tem a ver com as propostas

apresentadas para a próxima legislatura. "Ao contrário do PS, que apresentou um conjunto de propostas bem elaboradas, o PSD não apresentou uma única proposta ou medida para o distrito", disse.

A terceira razão apontada por Fernando Serrasqueiro prende-se com a composição das listas de candidatos a deputados. "A nossa lista era composta na sua totalidade por pessoas do distrito, enquanto a do PSD era composta por pára-queidistas políticos ligados aos "media".

### Reconhecimento da obra feita

Mais a sul, no distrito de Évora, está o concelho mais socialista do País, Borba, onde o PS alcançou

57,2 por cento dos votos.

Em declarações ao "Acção Socialista", o presidente da Federação de Évora, Henrique Troncho, refere que os resultados de Borba não estão separados dos alcançados no resto do distrito, o único, refere, "onde os socialistas tiveram uma votação superior a 1995" e onde por uma diferença de seis décimos "não conseguimos eleger o segundo deputado".

Quanto a explicações para esta grande vitória no distrito, Henrique Troncho não tem dúvidas: "Os resultados eleitorais obtidos são o reconhecimento da obra feita pelo Governo socialista que fez mais em seis anos do que todos os anteriores."

A barragem do Alqueva, o hospital do Patrocinio, a auto-estrada que vai até Espanha, a fábrica da Siemens, a barragem dos Minutos, a central de camionagem, o mercado abastecedor e o encerramento das lixeiras a céu aberto, são algumas das realizações referidas por Henrique Troncho. No que respeita ao concelho mais socialista, Borba, o presidente da Federação de Évora começa por sublinhar que em duas das freguesias do concelho, o PS obteve 61,1 por cento dos votos expressos.

Quanto a razões para a maciça votação no PS em Borba, Henrique Troncho destaca, para além do "bom trabalho político" feito pelos camaradas da Secção local e pela "boa gestão" da Câmara de Borba, que "ganhámos nas últimas eleições de 16 de Dezembro", obras de grande impacto local como a auto-estrada e os apoios concedidos à Cooperativa de Borba, que permitiram a sua modernização e ampliação.

J. C. CASTELO BRANCO

### RESULTADOS ELEITORAIS

## SOARES EXPECTANTE

A regra de ouro da democracia, a alternância, é factor de renovação, mas é o sentido desta que Mário Soares questiona uma "Reflexão pós-eleitoral" que divulgou nas páginas do "Diário de Notícias".

Soares considera que num País como Portugal, com um regime democrático consolidado, Governo e Oposição são "igualmente importantes", pelo que interroga a conjuntura e bases de actuação dos novos protagonistas destes papéis político-sociais.

No seu artigo de opinião, o mítico dirigente socialista diz acreditar que o sucesso do Governo de coligação PSD-CDS/PP passará, na sua essência, pela figura do titular da pasta das contas públicas, pois o ponto essencial da política do novo Executivo português será a gestão correcta das Finanças.

O parlamentar europeu espera, assim, aquilo que o próximo ministro das Finanças irá dizer no primeiro discurso à nação.

Soares questiona-se ainda sobre quais os impostos que o novo Governo irá reduzir e quais



os cortes orçamentais para reduzir a despesa pública.

O líder histórico e fundador do PS lembra ainda que o primeiro-ministro indigitado não pode esquecer a promessa de uma auditoria às contas públicas nem pedir ao Partido Socialista um pacto de regime, pois a maioria parlamentar de direita tem todas as condições para fazer aprovar as reformas que achar essenciais.

Quanto ao PS, o eurodeputado e ex-Presidente da República entende que uma cura de oposição lhe fará bem, para se libertar de um certo oportunismo «viscoso».

O Partido Socialista deverá, no entender de Soares, assumir-se como uma força de oposição "responsável e vigilante em relação ao espírito de Abril".

Por outro lado, o PS terá tempo para "aperfeiçoar e aprofundar a sua própria democraticidade interna, e, especialmente, o seu relacionamento com a sociedade civil". Segundo o ex-presidente, os socialistas devem estar com o seu tempo, assumir a sua ideologia

de esquerda e defender intransigentemente os seus valores.

Mário Soares refere-se também aos problemas existentes em Portugal, catalogando-os como "sérios" e frisando que a direita está a governar em tempo de "vacas magras", enquanto continua agarrada a promessas eleitorais contraditórias e irrealizáveis.

Para Soares, Paulo Portas ficou com a «faca e o queijo na mão», depois dos resultados nas últimas legislativas.

A coligação de direita suscita algumas preocupações. É que, o seu êxito não dependerá apenas dos humores e vontades dos líderes do PSD e do PP, mas da "decisão e acerto com que sejam capazes de atacar os problemas existentes, desde a primeira hora".

Mas a tarefa "não é fácil" e Soares recorda que para além da coragem e capacidade de decisão os novos governantes deverão saber reajustar os pontos programáticos divergentes dos dois partidos da coligação.

M.R.

SEDE NACIONAL

# COMISSÃO POLÍTICA ANALISOU RESULTADOS ELEITORAIS

**Ferro Rodrigues reafirmou que o PS será "oposição responsável e construtiva" e insistiu na ideia de avançar com a limitação de mandatos nas estruturas do partido, uma medida revolucionária no panorama político-partidário português.**

Estas posições do secretário-geral foram assumidas na reunião da semana passada da Comissão Política do PS, na qual foram analisados os resultados das últimas eleições legislativas e agendada para depois das férias da Páscoa uma reunião da Comissão Nacional do partido que, por sua vez, marcará para Outubro o próximo congresso.

Em conferência de Imprensa, o porta-voz do PS, Paulo Pedroso, salientou que os socialistas terão o maior grupo parlamentar de oposição de sempre na história da democracia, cabendo-lhe assumir uma atitude "responsável e com sentido de Estado".

Interrogado sobre a eventual disponibilidade do PS para viabilizar pactos de regime, Paulo Pedroso disse que o nosso partido colaborará com o Governo "em matérias de responsabilidade nacional", como, por exemplo, "o objectivo de equilíbrio orçamental". No entanto, para que tal aconteça, sublinhou,



o futuro Governo "terá de cumprir os pressupostos de verdade, respeito pelo trabalho feito no passado (nos governos de António Guterres) e respeito pela oposição".

Na reunião da Comissão Política Nacional, Ferro Rodrigues reafirmou que o PS será "oposição responsável e construtiva", referindo como exemplo a necessidade de serem aproveitadas as verbas do III Quadro Comunitário de Apoio. "Caso contrário, esse dinheiro terá de ser

devolvido a Bruxelas", salientou.

No que respeita à renovação interna do PS, tanto o líder socialista como o seu porta-voz insistiram na ideia de avançar com a limitação de mandatos executivos nas estruturas do partido, mas Ferro Rodrigues fez questão de sublinhar que no PS "há espaço para todos". Quanto à questão do processo de refiliação no partido avançar a prazo, Paulo Pedroso adiantou que "essa ideia da refiliação foi equacionada,

mas só haverá uma decisão no âmbito da preparação do próximo congresso".

## António Costa vai liderar bancada parlamentar

António Costa é dado como certo como líder do Grupo Parlamentar do PS (GP/PS). Segundo fontes bem colocadas, Ferro Rodrigues já terá manifestado ao ainda ministro da Justiça e coordenador do programa de Governo do PS nas últimas legislativas a sua intenção de o ter como chefe da bancada socialista.

Aos 40 anos, António Costa já ocupou diversos cargos nos órgãos dirigentes do PS, partido em que entrou em 1976, com apenas 14 anos. Deputado durante várias legislaturas, António Costa foi secretário de Estado dos Assuntos parlamentares, ministro com a mesma pasta e, no último Executivo, ministro da Justiça, onde iniciou uma reforma tranquila nesta área, rompendo com alguns interesses instalados e superando constrangimentos de várias ordens, que lhe valeram rasgados elogios.

Caso seja eleito, como tudo indica, para liderar a bancada socialista, António Costa vai ocupar um cargo por onde já passaram nomes como Salgado Zenha, Almeida Santos, Jaime Gama, Jorge Sampaio, António Guterres, Jorge Lácio e Francisco Assis.

## ANA GOMES ADERE AO PS

Depois de Vicente Jorge Silva, foi agora a vez de Ana Gomes - uma diplomata que teve um papel fundamental na questão de Timor-Leste - responder positivamente ao apelo lançado na noite eleitoral por Ferro Rodrigues aos independentes que acompanharam a campanha do PS para aderirem "maciçamente" ao nosso partido. A embaixadora de Portugal na Indonésia, Ana Gomes, inscreveu-se na FAUL e a sua ficha de adesão tem como primeiro proponente Ferro Rodrigues. Visivelmente satisfeito com mais esta mais-valia para o PS, o secretário-geral considerou que a adesão de Ana Gomes ao nosso partido "é uma grande honra e um motivo de profunda satisfação". "Uma grande honra, sobretudo pelo protagonismo que Ana Gomes teve na questão de Timor-Leste, e um motivo de profunda satisfação, porque é um sinal de que o apelo para que os independentes se filiem no PS está a ser correspondido".



## AEROPORTO DA OTA

### MANUEL DOS SANTOS PEDE EXPLICAÇÕES À COMISSÃO

O eurodeputado socialista Manuel dos Santos quer saber qual é a posição oficial da Comissão Europeia em relação ao projecto de construção de um novo aeroporto na Ota.

Numa pergunta escrita dirigida à Comissão, o eurodeputado pede explicações sobre "a avaliação que o Executivo comunitário faz deste investimento no quadro da política de acessibilidades financiada pelo Fundo de Coesão".

Segundo Manuel dos Santos, o aeroporto da Ota é uma obra "de enorme importância estratégica e de reconhecida envergadura", que o Estado português só poderá realizar "com o recurso a fundos estruturais da União".

Neste quadro, o eurodeputado solicita à Comissão que o informe sobre a "situação actual do respectivo projecto de financiamento", cuja comparticipação Bruxelas já assegurou em cerca de 50 por cento do esforço público".

Por outro lado, e face às opiniões entretanto surgidas em certos sectores políticos nacionais contra a prioridade atribuída a



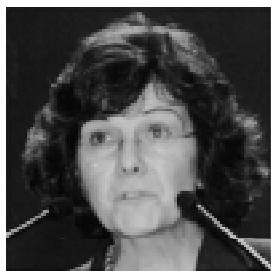
este investimento, o eurodeputado pergunta ainda "se foram efectuadas consultas junto da Comissão Europeia quanto à possibilidade de transferir verbas desta obra para as políticas sociais".

# TRABALHO DE EQUIPA

MARY RODRIGUES

Os novos deputados socialistas estão prontos a exercer funções e prometem dar o seu melhor para não defraudar as expectativas do eleitorado que confiou no PS. Fazer uma oposição construtiva e criar condições para a execução de projectos concretos, sem negligenciar a defesa dos ideais consubstanciados no programa do Partido, são algumas das metas traçadas pelos sete parlamentares com quem o "Acção Socialista" falou esta semana.

Na perspectiva dos recém-eleitos representantes do povo, os interesses de Portugal estão primeiro, pelo que a oposição socialista fará marcação cerrada às investidas laranja irresponsáveis, servindo o País sem deslumbamentos, aproximando eleitores e eleitos, num trabalho de equipa concertado, mas sem unanimismos.



**TERESA LAGO**

## ZELAR POR UMA CONTINUIDADE "IMPRESINDÍVEL"

A criação do Ministério da Cultura e o aumento de visibilidade dado a este sector durante a governação liderada por António Guterres foram marcas socialistas muito positivas para o País.

As redes públicas de teatros, leitura e museus consubstanciaram uma estratégia de descentralização que a recém eleita

deputada Teresa Lago considera dever ter uma "continuidade imprescindível".

Para esta professora universitária, que será deputada pela primeira vez aos 55 anos, pelo círculo eleitoral do Porto, urge alargar o conceito de cultura na sociedade portuguesa, indo para além das áreas tradicionais e encetando medidas que façam frente aos desafios da interdisciplinaridade com a ciência e a tecnologia.

Mas, a ainda comissária do Porto-2001 não restringe as suas potenciais áreas de actuação parlamentar ao universo cultural. O ensino universitário, por formação, e o sector científico e tecnológico por devoção são duas outras áreas de intervenção para as quais, no meio parlamentar, mostra interesse em acompanhar e debater.

Para já, a deputada descortina a necessidade

de uma redefinição da ideia de aluno universitário. "Ir para a universidade não deve ser encarado somente como uma carreira. É preciso atender à formação contínua", defende, acrescentando que é vital, nos nossos dias, capacitar jovens e sénios para o manuseamento das novas tecnologias, pois a constante actualização de conhecimentos e habilitações está na ordem do dia.

Na opinião de Teresa Lago, a instituição universitária deve operar uma abertura relativamente à sociedade e suas necessidades e, enquanto deputada na Assembleia da República, a docente alimenta expectativas que vão no sentido de criar condições para que seja possível executar projectos concretos que beneficiem Portugal.



**JOSÉ ANTÓNIO VIEIRA DA SILVA**

## PS DEVERÁ FAZER OPOSIÇÃO CONSTRUTIVA

Contribuir para que o Grupo Parlamentar do Partido Socialista corresponda à confiança depositada pelo eleitorado do PS nos seus representantes na Assembleia da República é a mais forte expectativa que as novas funções de deputado suscitam em José António Vieira da Silva.

Este economista, de 49 anos, quer ver as

linhas programáticas do Partido pelo qual foi eleito parlamentar respeitadas e consubstanciadas em iniciativas positivas para Portugal e para os portugueses.

Vieira da Silva espera que, na próxima legislatura, a bancada socialista faça uma oposição construtiva ao Governo liderado por Durão Barroso.

Quanto às áreas de intervenção, o deputado recém eleito recordou que os seus pares são "representantes do povo", pelo que "devem estar habilitados a intervir em diversas áreas.

Neste sentido, garante não ter uma "postura fechada". Vieira da Silva diz aguardar indicações do Partido Socialista e do respectivo Grupo Parlamentar sobre a sua esfera de acção no hemiciclo de São Bento.

Apesar de evidenciar a sua disponibilidade para melhor servir no sector onde o considerarem mais útil, Vieira da Silva recorda a sua experiência política no governo de António Guterres e a sua familiaridade com os campos económico e social.

Garante que servirá o País, mas que não deixará de ter em "particular atenção" o distrito de Braga, círculo pelo qual foi eleito parlamentar pela primeira vez.

José António Vieira da Silva sublinha que os 95 deputados eleitos a 17 de Dezembro pelo PS inclui "muita gente muito bem qualificada e competente", pelo que está pronto a desenvolver um verdadeiro trabalho de equipa com no seio da bancada socialista.



**MANUELA DE MELO**

## POSIÇÃO ACTIVA CONCERTADA E COESA

Depois de 12 anos de trabalho autárquico, "ter um quadro nacional de referências e actuação" é a primeira expectativa de Manuela de Melo, assente sobretudo "na capacidade própria de

adaptação a esta mudança de escala".

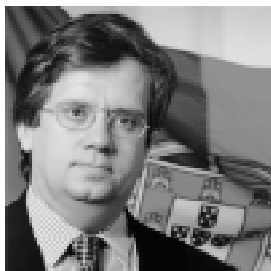
Para a jornalista, que aos 56 foi eleita deputada da República pela primeira vez, pelo círculo do Porto, "tão importante como isto é fazer parte dum grupo parlamentar que assuma, de forma concertada e coesa (mas sem unanimismos), uma posição activa de oposição política, através duma clara definição dos seus próprios princípios e projectos e dos limites de concertação desejável e possível".

São as três áreas que a novel parlamentar, antes de conhecer a reorganização das comissões e mais detalhes sobre o seu funcionamento, considera como "aquelas em

que gostaria de trabalhar".

A educação e a cultura, especialmente no que diz respeito a redes de equipamento com projectos de sensibilização das comunidades em que se inserem, a par do turismo, sobretudo no que respeita à organização e promoção de destinos turísticos emergentes.

Manuela de Melo manifesta ainda interesse particular pelo ordenamento do território e pelo ambiente, "não só porque estão profundamente ligados às duas opções anteriores, mas também porque gostaria de explorar os conhecimentos adquiridos nestas áreas como jornalista", sem pôr de parte a sua formação em biologia.



**EDUARDO CABRITA**

**ESTRATÉGIA SERENA MAS FIRME**

A estratégia defendida para a actuação do PS deve ser "serena, mas firme". Assim o espera Eduardo Cabrita, recém-eleito deputado pelo círculo eleitoral de Setúbal. O jurista, de 40 anos, não hesita em afirmar que o Grupo Parlamentar do PS deverá afirmar, face

a um Governo de maioria de direita, os princípios do seu programa.

Desde já garante que, em Setúbal foi constituída uma lista de elegíveis à Assembleia da República significativamente forte, que tem, no conjunto das suas expectativas, a firme intenção de honrar e zelar pelas linhas orientadoras do projecto socialista para o País e em particular para o distrito setubalense.

Eduardo Cabrita recorda os desafios que a nível internacional e, num plano mais circunscrito, o comunitário, se colocam a Portugal, referindo-se à Península de Setúbal como "porta de ligação para a Europa", cuidando em garantir que os

"eleitos de Setúbal" saberão zelar pelos interesses do distrito.

Entre as prioridades destes "eleitos", o novo deputado do PS citou a deslocação de uma cimenteira local, apontando para a justiça, as finanças públicas e a organização do Estado, como áreas de intervenção prioritárias, onde considera poder dar o seu melhor contributo e com as quais se sente ligado, por experiência laboral e formação académica.

Todavia, ressalva, é cedo para avançar assuntos de debate parlamentar e aguardam-se as directivas do Partido Socialista e da direcção da sua bancada.



**NÉLSON CUNHA**

**RIGOR E FIRMEZA CONTRA NEOLIBERALISMO IRRESPONSÁVEL**

A eleição de um Governo de direita é o quadro em que, aos 42 anos, Nelson Cunha se vai estrear como deputado, tendo sido eleito pelo Partido Socialista pelo círculo eleitoral do Porto. Uma oposição pautada pelo "rigor e a firmeza" é

aquela que o advogado pretende fazer no hemiciclo de São Bento, cuidando que o PSD e o seu aliado de ocasião, o PP, não lesem os interesses dos portugueses com as políticas neoliberais irresponsáveis e cumpram cabalmente as promessas que fizeram ao País durante a campanha eleitoral.

Como parlamentar, Cunha pretende ainda zelar pelo cumprimento do programa eleitoral do PS e defender os princípios e valores socialistas. Ciente de que um deputado não serve apenas os interesses regionais, mas sim, e acima de tudo, o bem da nação, Nelson Cunha promete não esquecer o zona interior do Norte de Portugal, nem frustrar as expectativas dos portugueses. Neste equilíbrio, este novel parlamentar manifesta clara preocupação com o estado do

sector da Justiça portuguesa.

Apesar de apontar a morosidade como um problema fundamental do ordenamento jurídico, gerando ineficácia no mesmo, o advogado não deixa de reconhecer o esforço feito pela tutela do ministro António Costa, bem como as reformas e os avanços logrados nesta área da vida social.

E porque a justiça tem, directa e indirectamente, repercussões nas esferas do quotidiano dos povos, Cunha considera que, pela sua formação e por ser um *dossier* que o apaixonou, poderia contribuir para reformar e renovar o quadro de funcionamento do Ministério Público, que não hesitou em classificar como "inadequado", bem como ajudar a encetar algumas alterações na vertente da investigação criminal.



**ASCENSO SIMÕES**

**SERVIR OS PORTUGUESES SEM "DESLUMBRAMENTOS"**

O seu conhecimento do Parlamento, no qual exerce funções técnicas há mais de seis anos, já lhe retirou, segundo afirma, "um certo deslumbramento com que normalmente se olham, nos inícios de mandato, as funções de deputado". Assim, as expectativas de Ascenso Simões são de ordem política.

Nesta legislatura, este gestor de 39 anos espera que "se possam encontrar consensos para se promover a aproximação dos eleitos aos eleitores com a criação dos círculos uninominais; a limitação dos mandatos; e o aumento das competências

dos órgãos deliberativos sobre os executivos". Em suma, a reforma do sistema político vai merecer um debate interessante que será "gostosamente" vivido pelo deputado eleito como tal, por primeira vez, pelo círculo eleitoral de Vila Real.

Dedicado há anos, profissionalmente e politicamente, às questões das administrações local e regional, Ascenso Simões conta dar nesta área de intervenção o seu melhor contributo.

Porém, tendo exercido recentemente funções de gestão nas áreas das energias, manifesta-se "disposto a contribuir para a intervenção neste sector essencial para a economia numa perspectiva de liberalização, no espaço europeu, a partir de 2004". Para o novo deputado do PS, "a discussão sobre as leis de finanças locais e também regionais vai regressar", pelo que será "necessário aprofundar a transferência de recursos financeiros, reforçando, igualmente, as competências, para que se não criem situações de desperdício que já se verificam em algumas situações".

"O Parlamento terá que encontrar os consensos

necessários para a aprovação de um Código Autárquico, peça essencial para a melhoria das condições de funcionalidade e de desempenho dos órgãos e dos funcionários", defende, afirmando que "urge também a determinação de gestão por objectivos e de avaliação do desempenho político, com a introdução de mecanismos de acompanhamento de gestão".

Segundo Ascenso Simões, "o sector da energia é essencial em termos estratégicos para Portugal", por isso, "o acompanhamento dos *dossiers* que permitirão, ou não, o desenvolvimento e o aprofundamento de parcerias no sector dos petróleos é uma prioridade".

Conhecer bem e fiscalizar melhor o desenvolvimento do processo do gás natural e da implementação das políticas de valorização das energias renováveis é também uma necessidade, a par da discussão sobre a introdução do "imposto ecológico", que segundo o novo deputado socialista "é um marco decisivo da discussão política parlamentar na próxima legislatura".



**FERNANDO CABODEIRA**

**CONSONÂNCIA COM O PROGRAMA DO PS**

Há muitos anos que está ligado à política e ao Partido Socialista, mas Fernando Cabodeira acredita que a sua estreia no Parlamento enquanto deputado deixará uma marca indelével na sua experiência profissional. Aos 35 anos, este docente do ensino superior frisa que espera ser um digno deputado da nação e promete que não será um mero e intransigente defensor de interesses

regionais.

Agirá parlamentarmente, promete, sempre em consonância com o programa eleitoral do PS e atenderá igualmente ao projecto dos candidatos do círculo de Viana do castelo, onde foi eleito. Falando de oposição, Cabodeira diz que não deixará por mãos alheias os destinos dos cidadãos, fazendo marcação cerrada às investidas laranja que possam ir contra os interesses de Portugal em geral e de Viana em particular.

"O programa de Governo do PSD será vigiado", afirma o professor universitário, que há um ano exerce funções de Delegado Regional do IPJ.

Por isso, "Durão Barroso terá de honrar as promessas que fez ao eleitorado que o escolheu

como primeiro-ministro".

Defensor convicto das medidas de desenvolvimento regional que o PS implementou no distrito de Viana, o novo deputado pretende "trabalhar na equipa socialista" para consolidar e alicerçar mais ainda as políticas de continuidade socialistas. Ligado desde sempre à juventude, Fernando Cabodeira integra esta área de intervenção no conjunto em que considera ter melhores habilitações.

O desporto, a comunicação (jornais regionais), a Educação/Ensino e a defesa do mundo rural, sobretudo nos *dossiers* do comércio e da agricultura, são outros sectores de interesse para os quais o novel parlamentar está disponível a trabalhar.



## SALA-MUSEU

## GUTERRES OFERECE ESPÓLIO

António Guterres regressou na segunda-feira ao Fundão, terra dos seus avós, onde passou parte da infância e férias e que considera a sua terra natal, onde exerceu as funções de presidente da Assembleia Municipal, para inaugurar uma sala-museu da Câmara local com o seu nome e para a qual cedeu largas dezenas de peças que lhe foram oferecidas no decorrer dos seis anos em que foi chefe do Governo.

Na cerimónia de inauguração da "Sala António Guterres", realizada no salão nobre, o primeiro-ministro cessante classificou a política como "a mais nobre das actividades humanas", considerando que deve ser exercida em nome dos valores que unem os homens.

Guterres defendeu que a política "deve ser exercida em nome de valores que unem os homens, para além dos partidos e das ideologias". Na ocasião, António Guterres referiu-se ao cargo de presidente da Assembleia Municipal do Fundão, que exerceu antes de ser chefe do Governo, para dizer que foi a função que mais gosto lhe deu desempenhar.

"Tenho uma enorme dívida de gratidão para com este concelho, no qual não nasci, mas ao qual pertence toda a minha família e onde vivi parte



significativa da minha vida", disse. Recordou a figura do avô, com o qual disse ter aprendido "o que é a fidelidade à palavra dada, o que é a honradez em todas as circunstâncias, mesmo nos momentos mais difíceis". Por outro lado, disse ter sido na Beira Interior que

aprendeu, "quando era ainda muito miúdo", o significado da pobreza e da injustiça. A recordação serviu de mote a Guterres para sublinhar que "a política só tem sentido se tiver como uma das principais motivações erradicar a pobreza".

"Aqui aprendi o sentido da injustiça e, ao mesmo tempo, o sentido da solidariedade, pois acompanhei muitas vezes alguns amigos e pude encontrar na aldeia o sentido da solidariedade, uma preocupação em ajudar e um convite à partilha que são fundamentais para que uma sociedade seja coesa", disse o primeiro-ministro. O chefe do Governo cessante aproveitou para lembrar "a criação das condições para a independência de Timor, que ficará definitivamente consagrada ainda este ano", justificando assim a entrega ao Fundão da bandeira portuguesa que lhe fora entregue no enclave de Oecusse, que esteve guardada clandestinamente durante o período de ocupação indonésia.

Na sua passagem pelo Fundão, Guterres manifestou ainda "a maior confiança no futuro do País", ao mesmo tempo que considerou ter exercido as funções de primeiro-ministro "sem qualquer favoritismo".

António Guterres disse, no entanto, ter procurado sempre que o distrito de Castelo Branco e a Beira Baixa "pudessem encontrar oportunidades através do investimento público e da solidariedade nacional".

## FINANÇAS

## ACOMPANHAMENTO PARLAMENTAR DAS CONTAS PÚBLICAS

Parlamento deve ter um papel mais activo do no controlo das Finanças Públicas. Esta é a ideia defendida pelo ministro das Finanças, Guilherme d'Oliveira Martins, para quem a apresentação mensal da execução orçamental deve passar a ser feita na Assembleia da República.

A proposta fora já avançada pelo governante no final do ano passado.

"É impensável não haver uma comissão ou subcomissão parlamentar de contas a funcionar permanentemente", afirmou, no passado



sábado, acrescentando que, em seu entender, "a nova legislação deverá dar uma especial atenção ao acompanhamento parlamentar das contas públicas".

"A credibilidade das finanças públicas e da nossa participação no euro exige que funcionem articuladamente todos os mecanismos de controlo e acompanhamento - sistema de controlo interno da Administração Financeira (coordenado pela Inspeção Geral de Finanças), Tribunal de Contas, Assembleia da República e

Comissão Europeia", considerou Oliveira Martins. Quanto à passagem da pasta ao seu sucessor, nomeadamente no que respeita à alegada falta de rigor das contas, o ministro garante que colaborará "activamente" para que, no processo de transição, "as contas sejam claras e transparentes e para que Portugal reforce a sua credibilidade externa no cumprimento do Pacto de Estabilidade e da corresponsabilidade orçamental dos diferentes subsectores do Sector Público."

## EQUIPAMENTOS

## CONCELHOS ALGARVIOS UNIDOS POR PONTE AO BAIXO ALENTEJO

Uma nova ponte, que deverá estar pronta no próximo Verão, vai unir o município de Odemira, no Baixo Alentejo, aos concelhos algarvios de Monchique e Aljezur.

A estrutura, situada junto à ribeira do Seixe, tem uma extensão de 90 metros e irá responder a um velho anseio das populações daquelas localidades.

Representando um investimento superior a 500 mil euros, a ponte integra-se numa rede de estradas programadas para a área dos três concelhos, com um valor global estimado em cinco milhões de euros.

Parte desta nova rede viária já se encontra em execução, o mesmo acontece com a recuperação da estrada Aljezur/Monchique (24 quilómetros), a construção de uma via de ligação à Estrada Nacional 120 até Odeceixe e de outra até São Teotónio, no Concelho de Odemira.

Estas obras, para além dos financiamentos municipais, serão também co-financiadas pelos Programas Operacionais do Alentejo e do Algarve.





AMBIENTE

# PORTUGAL CONFORTAVELMENTE SITUADO NA TABELA COMUNITÁRIA

Portugal foi o país da União Europeia (UE) que mais progrediu, no ano de 2001, no que se refere à resolução dos processos por infracção na área ambiental. Segundo dados oficiais, o País surge numa posição confortável, a meio da tabela comunitária.

Nesta matéria, o esforço do Governo português por cumprir a legislação comunitária colocou o nosso país no sétimo lugar entre os Quinze, segundo revela um estudo do Gabinete de Relações Internacionais do Ministério do Ambiente. Recorde-se que cerca de um terço dos processos europeus referem-se à área do ambiente. Entretanto, o documento revela que, apesar de em toda a Europa os processos ambientais tenderem a aumentar, Portugal reduziu, em apenas um ano, 12,5 por cento dos pendentes nesta área,



graças aos 35 processos que foram arquivados (15 sobre transposições e aplicação de directivas e 20 motivados por queixas), um número que supera os processos iniciados no mesmo período de tempo. Um segundo estudo, elaborado pelo Gabinete de Relações Internacionais do Ministério do Ambiente, demonstra que os processos originados por queixas de associações de defesa do ambiente ou por cidadãos a título individual acabaram por ser arquivados pela Comissão Europeia logo que prestados esclarecimentos pela autoridades portuguesas.

Este relatório revela ainda que Portugal tem agora pendentes apenas 63 processos, contra 324 da Espanha, 174 da Alemanha, 125 da Itália, 111 da Irlanda, 103 da Grécia, 102 da França e 85 do Reino Unido. M.R.

CIÊNCIA

## GOVERNO SALVA PLANETÁRIO

O Planetário Calouste Gulbenkian, em Lisboa, vai ser um Centro Ciência Viva, com um apoio financeiro que ascende aos 3,5 milhões de euros.

Foi esta a solução encontrada para os destinos desta instituição da Marinha, substituindo o seu projecto principal após 36 anos de trabalho quase diário.

No protocolo, assinado segunda-feira pelo ministro da Ciência, Mariano Gago, e pelo ainda chefe de Estado-Maior da Armada, almirante Vieira Matias, prevê-se um conjunto de iniciativas de recuperação e alargamento desta estrutura de divulgação científica.

Assim, foi assegurada a sobrevivência de um dos maiores equipamentos de divulgação da astronomia, em risco de fechar portas desde 1998, e que diariamente recebe centenas de alunos de todas as idades para viajarem virtualmente até junto de estrelas e planetas, guiados pela música e as palavras dos

conferencistas.

Destaque-se que os Centro Ciência Viva são espaços criados no âmbito de um programa do MCT destinado a promover o ensino experimental das ciências nas escolas e a cultura científica da população portuguesa em geral.

Na passada sexta-feira, uma comunicação do Ministério da Ciência e Tecnologia anunciou a assinatura de um protocolo entre a Marinha e a tutela, que permite o financiamento de 3,5 milhões de euros para ampliação, renovação e dinamização do planetário.

Exposições temporárias, uma mediateca, um centro gratuito de acesso à Internet, além do novo projecto, entrarão em funcionamento até Junho de 2003.

O protocolo prevê ainda a criação de um conselho científico, de natureza consultiva, para dar parecer sobre a política de divulgação das actividades do planetário, sendo composto por

três representantes da Agência Nacional para a Cultura Científica e Tecnológica – Ciência Viva.

A “feliz” solução do problema do Planetário é uma das últimas marcas da gestão socialista, neste Governo, das áreas da cultura científica do País. O PS deixou o impasse solucionado. A bem da divulgação da ciência e da astronomia em particular.

Recorde-se que o Planetário da Marinha Calouste Gulbenkian, inaugurado em 1965, resultou da colaboração entre a Fundação Calouste Gulbenkian, a Marinha portuguesa, e o então Ministério das Obras Públicas.

O edifício do planetário engloba uma pequena área técnico-administrativa, uma galeria exterior, e a sala de projecções – a alma do planetário – com 25 metros de diâmetro, encimada por uma cúpula hemisférica e onde existem 330 lugares.

A galeria é aproveitada para acolher pequenas exposições sobre assuntos ligados à

astronomia. Aí pode admirar-se uma rocha da Lua, recolhida pelos astronautas norte-americanos da missão Apollo 17, em Dezembro de 1972, e oferecida, em 1973, pelos Estados Unidos.

O projecto principal permite visualizar cerca de quatro mil estrelas de cada hemisfério celeste, além de outros movimentos próprios do Sol, Lua e Terra.

O planetário permite ainda dar algumas aulas de astronomia náutica dos cursos para futuros oficiais da Marinha, mas serve, essencialmente, o público. Realiza sessões escolares e para uma audiência geral durante todo o ano, cobrindo a programação curricular do ensino básico, preparatório e secundário.

São feitas, portanto, sessões de divulgação, de carácter mais generalista, e sessões temáticas, que mudam de assunto todos os meses.

M.R.

CULTURA

## “BOLSA DE ESPECTÁCULOS” COM 633 MIL EUROS

O Ministério da Cultura garantiu já um apoio no valor global de 633 mil euros às acções relativas ao primeiro semestre deste ano no âmbito do Programa de Difusão das Artes do Espectáculo (PDAE).

O PDAE funciona a partir de uma parceria entre a tutela de Augusto Santos Silva e as câmaras municipais, contemplando 80 autarquias e prevendo a realização de 1222 iniciativas culturais, onde está incluída a apresentação de 269 produções artísticas na área da dança,

teatro música e pluridisciplinares, além de *ateliers*.

Com custos suportados em partes equitativas pelo Ministério da Cultura e as autarquias, o Programa de Difusão, criado em 2000, visa a democratização do acesso às produções artísticas, numa tentativa de garantir o direito dos cidadãos à fruição cultural.

Neste sentido, foi encetado um sistema de parceria que dá livre acesso aos produtores locais às produções integradas numa Bolsa

de Espectáculos e *Ateliers*.

Esta bolsa contém uma listagem com mais de 80 espectáculos e *ateliers* nas áreas da dança, música e teatro que são anualmente propostas pelas estruturas artísticas e empresariais da área da cultura, permitindo às autarquias a definição de programações por semestres. O Instituto Português das Artes do espectáculo (IPAE) garante às produtoras o pagamento da parte não suportada pelas autarquias, além do acompanhamento das acções programadas.

Para o semestre corrente, foram estabelecidos protocolos com as câmaras de Castelo Branco, Caldas da Rainha, Entroncamento, Guimarães, Loulé, santa Maria da Feira e Tomar na modalidade de núcleos de programação, com oferta cultural mais intensa, mas outras 73 câmaras serão beneficiadas pelo programa na modalidade itinerários culturais, com menor número de espectáculos.

M.R.

# PRESIDENTES DAS FEDERAÇÕES ANALISAM RESULTADOS ELEITORAIS

Correspondendo ao repto lançado pelo nosso secretário-geral na última reunião da Comissão Política, o "Acção Socialista" falou com todos os responsáveis federativos do partido no sentido de procurar obter respostas políticas para os resultados eleitorais de 17 de Março. Sendo certo que ao nível nacional o PS se quedou por um "resultado honroso", conforme a classificação de Ferro Rodrigues, a verdade é que há diferenças assinaláveis nos diferentes distritos que traduzem tendências regionais. Numa análise rápida, pode-se constatar que o PS saiu vencedor no Sul do País, em Lisboa e no Porto, perdeu as ilhas, o Norte e parte do Centro de Portugal. Mas, para cada círculo eleitoral há uma explicação própria dos resultados obtidos. As justificações vão desde o bom desempenho do Governo, à ausência desse trabalho, à grande campanha de Ferro Rodrigues, ao empenhamento dos militantes ou à proximidade das eleições autárquicas.



Castelo Branco é desde as últimas legislativas o distrito mais socialista de Portugal. Fernando Serrasqueiro atribui o resultado à obra feita pelos governos do PS, às propostas eleitorais apresentadas, em contraponto ao PSD que nem programa ou manifesto foi capaz de produzir e à equipa composta por cidadãos originários do próprio distrito face ao pára-queda das figuras da lista do PSD. O presidente da Federação de Castelo Branco considerou, em declarações ao "Acção Socialista", que o PS "conseguiu fazer passar a sua mensagem junto do eleitorado demonstrando ao mesmo tempo que o peso político do distrito foi sentido ao nível governamental". Para os resultados eleitorais em Castelo Branco terá também contribuído a campanha que se centrou, sobretudo, na temática regional, e nomeadamente no conjunto das infra-estruturas legadas pelo PS no distrito, como sejam a auto-estrada da Beira, o regadio da Cova da Beira, o programa Polis em Castelo Branco e na Covilhã, a instalação da Faculdade de Medicina na Universidade da Covilhã, a modernização e electrificação da linha ferroviária da Beira Baixa, entre outras. No círculo eleitoral Portalegre o PS obteve o segundo lugar do País, vencendo claramente

as eleições no distrito com um resultado acima dos 45 por cento, ganhando 14 dos 15 concelhos (apenas se perdeu em Avis que continuou a ser da CDU), e ao conseguir manter os dois deputados. Segundo o presidente da Federação de Portalegre, notoriamente feliz por o PS continuar a força hegemónica no distrito e de ter subido de sete para catorze concelhos relativamente às autárquicas, "o excelente resultado" deve-se ao "prestígio de Miranda Calha, ao trabalho do Governo nos últimos seis anos, e à organização de campanha". Para Ceia da Silva, "nem o mediatismo da cabeça-de-lista do PSD, Leonor Beleza, ofuscou o prestígio de Miranda Calha".

#### Empenhamento dos militantes

No distrito de Viana do Castelo o PS obteve um "resultado honroso à semelhança do que aconteceu a nível nacional onde também passámos de primeiro para o segundo partido mais votado", considerou o nosso camarada Rui Solheiro que também realçou o facto de os socialistas "terem asegurado ao máximo o eleitorado". A consolidação da posição do PS neste círculo eleitoral ao descer menos do que a média nacional e a manutenção de três

deputados, embora perdendo cerca de 5 por cento votos, deve-se, no entender do presidente da Federação de Viana do Castelo, à boa mobilização e ao empenhamento dos militantes. Com apenas um grande centro urbano, verifica-se neste distrito que o eleitorado de esquerda é urbano e que a direita vence nas zonas rurais, tradicionalmente mais conservadoras.

Com uma campanha essencialmente dirigida à classe média urbana, o resultado do PS no distrito de Santarém reflecte a situação nacional, embora aqui com os socialistas a figurarem em primeiro lugar. A justificação para a perda de um deputado no distrito, segundo Nelson Baltazar, "tem a ver com a transferência de votos das classes médias urbanas do PS para o PSD e ao facto de não termos conseguido captar o voto jovem que se repartiu entre a direita e o Bloco de Esquerda". O presidente da Federação de Santarém congratulou-se com o facto do "PS continuar a ser a força mais votada no distrito", admitindo que se "tivesse havido mais uma semana de campanha o PS ter-se-ia afirmado mais, já que a campanha foi um crescendo permanente". O lamento de Nelson Baltazar ao "Acção Socialista" refere-se ao facto do PS não ter cumprido o objectivo do quinto

deputado, ficando a apenas 3500 votos desse desígnio.

Um dos piores resultados verificou-se em Bragança onde o PS não logrou eleger o segundo deputado tendo perdido cerca de seis mil votos. Para o presidente da Federação de Bragança, esta situação reflecte "a falha do Governo no distrito que não fez um metro de nada, depois das grandes expectativas criadas de pôr Bragança no mapa". Por outro lado, sublinhou Mota Andrade, "o discurso demagógico do PP entrou que nem faca em manteiga junto do eleitorado mais idoso com transferência directa de votos do PS para o CDS" ao mesmo tempo que fizeram caminho as promessas de Durão Barroso de "colocar a sede do Instituto de Conservação da Natureza em Bragança e a de passar o politécnico a universidade". Reconhecendo que Bragança é um "meio muito difícil e que não houve tempo relativamente às autárquicas", Mota Andrade disse-nos que "o PSD voltou aos resultados normais num distrito onde este partido tem valores de 10 a 13 por cento acima da média nacional".

Em Coimbra registou-se "uma recuperação significativa de eleitorado relativamente às últimas eleições autárquicas porque voltámos



a ganhar concelhos que tínhamos perdido a 16 de Dezembro”, afirmou ao “Acção Socialista” Luís Parreirão. Para o presidente da Federação, embora perdendo um deputado, o resultado satisfaz porque “durante a campanha se conseguiu uma crescente adesão ao projecto do PS”. Parreirão atribui importância significativa ao facto de Almeida Santos ter sido o cabeça-de-lista “que fez uma campanha notável percorrendo todos os concelhos do distrito com um espírito de abnegação e dedicação sem vedetismos”. Por outro lado, o líder da Federação de Coimbra sublinhou o “empenho militante, sendo de destacar os membros que integraram a Comissão Técnica Eleitoral Distrital, nomeadamente o papel dinamizador do camarada Fausto Correia”.

“Leiria não fugiu àquilo que é Leiria”, a afirmação lapidária de José Miguel Medeiros que colocou o seu lugar de presidente da Federação à disposição do secretário-geral e da direcção nacional do PS na sequência dos resultados eleitorais. Constatando que o PS nunca ganhou neste círculo eleitoral, tendo regressado nestas eleições aos valores que tinha antes de “ganharmos o País”, José Miguel Medeiros considera ser necessário “resolver o problema da relação do PS com o distrito, apesar de ser ter vindo a fazer um esforço nesse sentido mas que ainda não surtiu efeito”.

Apesar da promessa de se avançar com o novo aeroporto da Ota e da obra realizada, o presidente da Federação de Leiria tem a opinião que “aconteceu o que era expectável que acontecesse face aos resultados nacionais”, ou seja, os eleitores de Aveiro tiveram em linha de conta no momento de votar os líderes nacionais em presença de acordo com as suas preferências tradicionais. Com a atitude de colocar o seu lugar à disposição, José Miguel Medeiros pretende “dar o exemplo e criar espaço para a renovação do PS, abrir a discussão a novas ideias e projectos, tanto mais que não está em causa a liderança do partido”.

Em Viseu o PS perdeu sete pontos percentuais e um deputado relativamente a 1999, o que no entender de José Junqueiro se traduz pela não

valorização por parte do eleitorado da “obra realizado pelo Governo que nos últimos seis anos investiu mais no distrito do que desde o 25 de Abril, tudo somado”. Segundo o presidente da Federação, os eleitores “tomaram como boa a propaganda de crise e de insegurança generalizadas de modo a incutir nas pessoas um espírito de mudança”, acrescentando que o resultado de 17 de Março confirma “as características conservadoras do distrito”.

A leitura de José Apolinário para os resultados no Algarve é bem mais positiva uma vez que “houve uma inversão relativamente à situação negativa de Dezembro” com o PS a ganhar 12 dos 14 concelhos, sendo Loulé maior surpresa na medida em que “perdemos 3500 votos o que

fez com que a diferença percentual fosse inferior ao que era expectável”. Por isso, o presidente da Federação do Algarve diz que “é necessário reconstruir o PS em Loulé”. Segundo o ainda secretário de Estado das Pescas, “o PS foi penalizado pelo mau resultado das autárquicas ao mesmo tempo que o PSD consolidou os votos alcançados em Dezembro”. O facto de no Algarve haver zonas com pouca integração local dos eleitores é a explicação para a grande taxa de abstenção registada, particularmente em Quarteira, Albufeira, Olhão e parte de Portimão. Do ponto de vista nacional, José Apolinário aponta o erro de se ter deixado passar a mensagem do caos financeiro, mas considera que a campanha acabou por reflectir o bom desempenho de Ferro Rodrigues, o

trabalho dos militantes e dos quadros do PS.

#### Proximidade das autárquicas foi prejudicial

Também Joaquim Barreto é da opinião que a proximidade entre as eleições autárquicas e as legislativas penalizou eleitoralmente o PS que também foi responsabilizado pela instabilidade criada. Os resultados no distrito de Braga “inseriram-se na média nacional, apesar de se ter verificado uma ligeira descida em relação às legislativas anteriores, embora com tendência para a estabilização”. Embora perdendo cerca de sete pontos percentuais, o PS conseguiu manter os oito lugares em São Bento. Neste círculo eleitoral verificou-se a vitória do PS nos centros urbanos, nomeadamente em Braga, Guimarães, Fafe e Vizela, e resultados menos bons nas zonas rurais onde o PS só ganhou Cabeceiras de Basto. Em Aveiro os resultados “não foram aquilo que esperávamos, mas acabaram por ser satisfatórios”, declarou José Mota ao “Acção Socialista”, recordando o facto deste ser um distrito conservador onde o PSD já teve 11 deputados. Para o presidente da Federação de Aveiro, “houve falta de calculismo político ao provocar-se esta crise e os eleitores ficaram confusos com a saída abrupta de António Guterres”. Também para José Mota “caso o espaço entre as eleições tivesse sido maior teria sido possível recuperar muito mais”. Por outro lado, considera que aveirenses esperavam um Governo de legislatura e para tal “deram uma grande vitória ao PS há dois anos”. Apesar do Governo do PS ter aumentado cinco vezes o investimento do PIDDAC no distrito, o eleitorado não valorizou esse trabalho e é pena que “as obras lançadas e em execução, venham a ser inauguradas por ministros que nada tiveram a ver com elas”.

Além do conservadorismo do distrito que conta com alguns milhares de pequenas e médias empresas, o presidente da Federação de Aveiro aponta como razões para o insucesso do PS “a campanha feita nos média, nomeadamente por





alguns empresários como foi o caso de Ludgero Marques, e o receio do papão comunista incutido na cabeça das pessoas”.

Ao perder somente duas freguesias - Costa da Caparica (Almada) e Poceirão (Palmela) - no distrito de Setúbal, o presidente desta Federação não hesita em classificar de “excelente” o resultado alcançado, na medida em que “se atenuou a queda global do PS. O lado negativo, segundo Alberto Antunes, prende-se com a perda de um deputado (passámos de oito para sete eleitos) e a passagem do PSD de terceira para segunda força política, embora com um crescimento muito moderado. Assim sendo, o actual governador civil de Setúbal considera que o PS consolidou resultados num distrito onde um eleitorado flutuante já deu maiorias absolutas ao PS, ao PSD e à CDU. “Solidário com o partido nas vitórias e nas derrotas, o facto de ter perdido um deputado, este resultado não me satisfaz”, acrescentou Alberto Antunes que tem como ambição tornar socialistas os 13 concelhos que integram o distrito de Setúbal. O presidente da Federação sublinhou ainda a curiosidade dos concelhos “onde recentemente ganhámos as câmaras terem sido aqueles onde acentuámos as perdas; no Barreiro, por exemplo, subimos percentualmente, embora perdendo votos”. A verdade é que no círculo eleitoral de Setúbal “o PS continua sendo a maior força política, embora sofrendo uma descida reduzida”, referiu ainda aquele dirigente federativo.

Já em Vila Real há um sentimento de “frustração” pelos resultados obtidos, apesar do PS ter conseguido manter os dois deputados. Isso mesmo nos disse Ascenso Simões, presidente da Federação e cabeça-de-lista por este círculo eleitoral. Na sua leitura dos números, “Vila Real foi um dos distritos onde o PS menos desceu percentualmente, tendo também em conta que o PSD sempre aqui ganhou”, considerou Ascenso Simões para quem o PS conseguiu “estancar a fuga de votos, mas o PSD foi buscar votos junto daquelas que habitualmente se abstêm. Os motivos pelos quais o PS perdeu neste distrito cerca de 10 mil

votos, respeitam, segundo o presidente da Federação, em primeiro lugar ao Rendimento Mínimo Garantido na medida em que certo eleitorado vê neste apoio social uma “aldrabice”, depois à questão da taxa de alcoolemia que provocou estragos junto do eleitorado do Douro, ao facto de muita gente ter interiorizado que “o Estado estava falido e devia a toda a gente”, ao papão da aliança com os comunistas, e ainda ao facto do “eterno adiamento do IP 3, que apesar de já estar no terreno, começou pela parte menos interessante do distrito, ou seja, pelo sul”. Também Ascenso Simões é da opinião que “nos prejudicou a proximidade das eleições autárquicas”.

#### Bom desempenho do Governo e dos autarcas

Situação diferente é a registada em Évora onde o PS teve um resultado acima da média nacional em 5 por cento. Apesar de ter descido 2,9 pontos percentuais relativamente a 1999 e de ter perdido um deputado, o que de certa forma era inevitável já que este círculo eleitoral viu reduzida a sua representação na Assembleia da República mercê da quebra populacional - o método de Hondt penaliza nestas circunstâncias o partido mais votado -, o presidente da Federação de Évora está de “consciência tranquila”. Henrique Troncho atribui o resultado do PS, superior, aliás ao obtido em 1995, ao “bom desempenho do Governo, dos autarcas, à campanha realizada e à organização das secções que têm trabalhado politicamente bem”. É com simplicidade e algum orgulho que realça o facto de Borba se ter tornado “o concelho mais socialista do País”. Também em Beja o “PS foi nitidamente vencedor ao atingir 43,5 por cento dos votos, alcançando por isso os seus objectivos que eram a manutenção dos dois deputados e ser a primeira força política no distrito”, declarou ao “Acção Socialista” António Paiva que fez questão de sublinhar que o PS ganhou 13 dos 14 concelhos, só perdendo em Serpa. O

recorda, no entanto, à semelhança do que aconteceu a nível nacional, que também este é o terceiro melhor resultado de sempre da história do partido neste círculo eleitoral. Reconhecendo que os governos do PS “foram aqueles que mais fizeram pelo interior, os eleitores penalizaram o partido pelos dois últimos anos de governação em que as hesitações de António Guterres conduziram a um desgaste e a que o povo se chateasse connosco”, afirmou ao “Acção Socialista” o líder do PS da Guarda.

#### Resultado honroso

“O grande objectivo da Federação Distrital do Porto era o objectivo nacional de ganhar as eleições e atingir a maioria absoluta, o que não foi alcançado, pelo que também partilho a classificação de resultado honroso aquele que o PS obteve a 17 de Março”, declarou Narciso Miranda ao “Acção Socialista”. Não obstante, o presidente da Federação do Porto considera “politicamente relevante a vitória eleitoral no distrito”, acrescentando que “foi bom ganhar as eleições na Área Metropolitana do Porto, nomeadamente nas zonas mais urbanas”. O resultado “menos agradável, porque perdemos, foi o registado nos concelhos do Baixo Tâmega e Sousa”. No entender do presidente da Câmara de Matosinhos, os números das legislativas no distrito “abrem novas perspectivas em termos de futuro e aconselham o PS a renovar o seu projecto metropolitano”. Mais interessado em perscrutar o futuro, Narciso Miranda considera que o partido deve começar, desde já, a pensar nas próximas eleições europeias, autárquicas, presidenciais e legislativas que terão lugar em datas muito próximas.

É clara a leitura de Edite Estrela sobre o que aconteceu em Lisboa: “O PS ganhou no distrito obtendo uma média superior à nacional, tendo ficado três pontos acima do PSD”. Por outro lado, a presidente da FAUL sublinha que “relativamente aos deputados eleitos há uma maioria de esquerda em Lisboa de 22 contra 26”, recordando a seguir que o distrito perdeu um deputado, parlamentar esse “que seria sempre perdido pelo maior partido, isto é, pelo PS que obtém um bom resultado”. Analisando a questão do ponto de vista da abstenção, a ex-autarca de Sintra realça que foi menor do que em 1999 cerca de dois pontos “o que mostra que o eleitorado mais esclarecido foi às urnas percebendo o que estava em causa”, salientando também que o PS confirma em Lisboa o resultado das autárquicas de Dezembro e, na situação particular de Sintra, revela que caso não tivesse havido coligação para a Câmara os socialistas teriam saído vitoriosos. Do ponto de vista global, Edite Estrela regista “a perda de influência da CDU e o aumento do CDS, uma tendência para a direita que se observa em toda a Europa” ao mesmo tempo que considera que o partido de Paulo Portas beneficiou dos votos da direita que não gosta do líder do PSD”. Sobre o Bloco de Esquerda diz que o resultado ficou aquém das expectativas porque “não se verificou um aumento da sua influência ao contrário do CDS”. Para a presidente da FAUL é muito importante sublinhar que os números verificados em Lisboa “são mais significativos na medida em que as listas do PS e do PSD eram encabeçadas pelos respectivos líderes, pelo que se pode concluir que Ferro Rodrigues puxa pelo PS enquanto Durão Barroso trava o PSD”.



A Federação distrital de Évora do PS congratulou-se, num comunicado, com os resultados obtidos no distrito nas eleições legislativas, salientando que “os 42,7 por cento de votos dos eborenses no PS exprimem bem o apoio claro de que o PS dispõe junto do eleitorado do distrito, contrastando claramente com os 25,3 por cento do PSD e os 21,8 por cento da CDU”.

No entanto, o PS “não pode deixar de lamentar que a diminuição de um deputado a eleger pelo círculo eleitoral de Évora tenha levado a que,

na futura Assembleia da República, não participe Carlos Zorrinho, um dos eborenses que mais e melhor tem defendido os interesses do Alentejo nas diversas do poder político em que tem participado”.

Aos eleitos pelo círculo de Évora, “independentemente da sua cor política”, o PS “deseja as maiores felicidades e deseja que da sua acção o Alentejo e o distrito de Évora venham a beneficiar pelo menos tanto como nas duas legislaturas de maioria socialista em que tantas e tantas obras, adiadas durante anos,

## ÉVORA

# PS CONGRATULA-SE COM RESULTADOS NO DISTRITO

foram finalmente concretizadas”.

Essas obras, sublinha o PS/Évora, “constituem hoje um património que queremos ver preservado e ampliado”.

A Federação do PS/Évora refere ainda, no comunicado, que “não pode deixar de congratular-se com os seguintes factos: o PS ganhou pela primeira vez em todos os concelhos do distrito de Évora; nos concelhos de Alandroal, Borba, Évora, Mourão, Reguengos de Monsaraz e Vila Viçosa o PS obteve tantos ou mais votos que o PAS e a CDU juntos e nos concelhos de Estremoz e Portel quase atingiu idêntico feito; com a votação de 57,2 por cento em Borba, o PS atingiu nesse concelho a sua maior

percentagem de votação em todo o País; e Évora foi o único distrito do País onde o PS teve em 2002 uma votação percentual superior à registada em 1995”.

Por outro lado, a Federação do PS/Évora “assegura a todos os alentejanos que na Assembleia da República e nas autarquias, em especial naquelas a que preside, continuará a defender intransigentemente os interesses do Alentejo cujo progresso e bem-estar constituem a nossa prioridade absoluta”.

A terminar, os socialistas eborenses fazem um “agradecimento muito especial a tantos e tantos cidadãos sem filiação partidária que dia-a-dia, em conjunto com o PS, constroem uma sociedade mais justa e mais solidária”.

## APOLINÁRIO DEFENDE

# CRIAÇÃO DA REGIÃO-PILOTO DO ALGARVE

O presidente da Federação do PS/Algarve, José Apolinário, disse que estará na “primeira linha” de uma eventual proposta de alteração da Constituição, que acabe com o princípio da simultaneidade da criação das regiões administrativas, por considerar que o Algarve tem o direito de poder avançar com a criação de uma “região-piloto”.

Apolinário, que falava numa conferência de

Imprensa, garantiu que o PS/Algarve vai estar “particularmente atento” às promessas feitas pelo PSD. “Vamos cobrar com língua de palmo cada dia de atraso, em relação às acessibilidades”, disse.

Além da necessidade da melhoria das rodovias e da linha férrea, considera que a “primeira prioridade” dos investimentos públicos deve ser na área da saúde.

José Apolinário assumiu a sua “quota-parte de responsabilidade” pelo atraso na criação da Unidade de Radioterapia em Faro, mas quer que essa obra, da iniciativa da Associação de Municípios do Algarve (AMAL), seja concretizada rapidamente.

O aumento das valências do Hospital Distrital de Faro, com a consequente passagem a hospital central, é outra das reivindicações

apresentadas pelo líder do PS/Algarve.

Na conferência de Imprensa, Apolinário acusou ainda o novo presidente da Câmara Municipal de Faro, José Vitorino, de estar “empenhado em demonstrar que todos os projectos que vinham do anterior executivo socialista não tinham viabilidade”, como, por exemplo, a obra de saneamento básico da ilha da Culatra.

## PORTO

# COMISSÃO POLÍTICA ANALISOU RESULTADOS DAS LEGISLATIVAS

A Comissão Política do PS/Porto esteve reunida para analisar a actual situação política e os resultados obtidos nas eleições legislativas.

Alberto Martins, a quem coube a intervenção de fundo, classificou a última campanha como uma das mais personalizadas de sempre, salientando que os resultados das eleições revelam claramente uma clivagem entre esquerda e direita e entre e entre Norte e Sul.

José Lello, por sua vez, considerou que o que resultou das legislativas foi mais uma clivagem entre o voto urbano e o rural.



## TSS DA FERROVIA

# TRABALHADORES PREOCUPADOS COM REGRESSO DA DIREITA

A direita, definitivamente, não deixou saudades no sector ferroviário. Num comunicado, a Tendência Sindical Socialista (TSS) da Ferrovia lembra a gestão caótica e conflituosa do consulado cavaquista, em contraste com a marca de bem-estar do PS, e promete lutar por melhores condições de vida dos trabalhadores do sector.

Os sindicalistas socialistas da ferrovia desejam que o PSD e o CDS/PP “governem de forma a que o País progrida e que façam, em quatro anos, aquilo que não conseguiram fazer no passado, em muitos anos de poder, fosse em maioria absoluta monopartidária fosse em Aliança Democrática”.

A TSS salienta que no sector ferroviário a herança deixada pelo último Governo de Cavaco Silva era de “total compadrio, clientela corrupta, desigualdades brutais, agitação social e estagnação total”, enquanto os socialistas deixam “a sua marca de bem

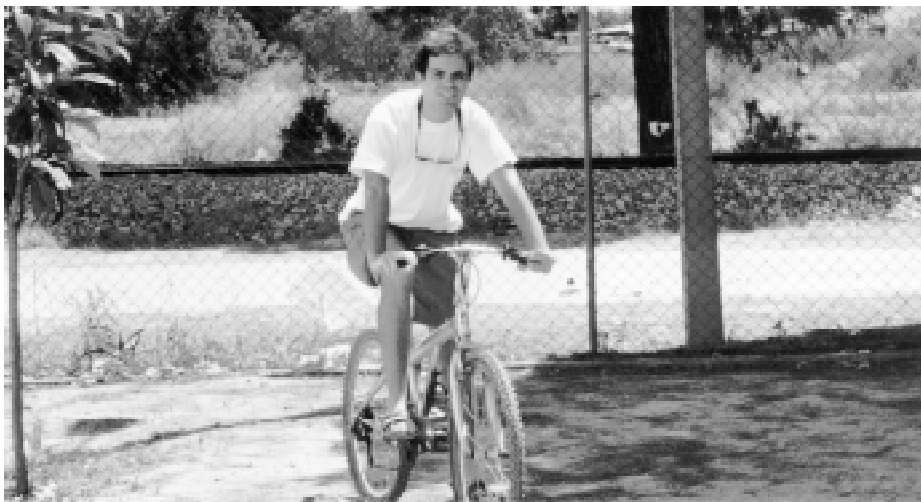
fazer”, traduzidas, entre outros aspectos, “nas 40 horas semanais, 24 dias de férias a caminho dos 25 em 2003, seguros sociais de saúde, novos AE assinados e revistos por todos os sindicatos em cinco anos consecutivos”.

“Não houve nenhum ano de Governo rosa com perda do poder de compra para os trabalhadores do sector”, refere o comunicado. Os sindicalistas socialistas salientam ainda que, “sejam quais forem as circunstâncias, continuarão a bater-se por melhores condições de vida dos trabalhadores do sector e, como no passado, não recuarão no combate à perseguição de cariz partidário, se o PSD enveredar, tal como no passado, por esse caminho”, até porque, frisam, “existem, agora, formas imediatas e eficazes de denúncia de eventuais abusos de poder, que não existiam ao tempo das maiorias absolutas de Cavaco Silva, como a Internet”.

MIGUEL TRINDADE

# RECONQUISTAR A ALMA SOCIALISTA

Desde 1995 que Miguel Trindade acompanha o PS na sua caminhada de vitórias e revezes, sempre em prol de um ideal para Portugal. Com 29 intervenções anos, o militante desta semana pertence à mesa da Assembleia no Núcleo do PS do Cacém e é secretário concelhio da JS de Sintra. O Miguel desenvolve também actividades na JS, participando na promoção de debates, colóquios, exposições e actividades lúdico-desportivas e garante a pés juntos que está disponível e pronto para novos combates ao lado do Partido Socialista, fora ou dentro do Governo.



Comungar e defender os ideais e causas do partido, assim define Miguel Trindade a essência do militante.

A família deste jovem enfermeiro de 29 anos é socialista, não só porque se filiou em simultâneo na JS e no PS em 1995, mas também porque todos os Desde o berço que Miguel Trindade tem “bichinho socialista”, e quando se inscreveu no Partido já “sabia o que queria e ia fazer”. Antes dos 22 anos tinha já participado em campanhas nacionais, pelo que não foi necessário deixar-se arrastar por familiares e amigos.

O núcleo de amizades do Miguel é diversificado. As cores não esfriam a empatia e, assim, há quem seja chamado de amigo/a pelo jovem socialista, mesmo sendo da JSD.

Amigos, amigos, ideologias aparte, Miguel encontrou desde cedo as suas referências teóricas e práticas em figuras marcantes do PS, entre as quais destaca a importância histórica a Mário Soares.

Nos tempos que correm, os “exemplos” chamam-se António Guterres, ex-líder dos socialistas, cuja actuação, segundo o jovem militante, foi “muito relevante nos destinos do PS nos últimos anos”. E, “embora agora as coisas não estejam tão bem, não é por isso que se deve deixar de reconhecer o valor e o mérito que ele teve”.

## Surpresa positiva

Ao falar das “figuras de presente e de futuro”, Miguel escolhe António José Seguro, António Vitorino e confessa que no seu horizonte surgiu recentemente uma pessoa na qual “nunca tinha pensado como líder”, mas que “surpreendeu positivamente”. O jovem refere-se a Ferro Rodrigues.

A modo de balanço da prestação do PS no Governo do País, Miguel, ao contrário de muita

## PERFIL

Nome **Miguel Trindade**

Idade **29 anos**

Ocupação **Enfermeiro**

Hobbies **Natação, atletismo, rapel, paint ball, canoagem, cinema, discotecas, caminhadas, monitor de colónias de férias**

Militância **Inscrição na JS e no PS em 1995**

gente, defende que “as eleições do passado domingo não foram um exame a seis anos de governação socialista”.

“A verdade é que a 17 de Março os portugueses avaliaram os dois últimos anos em que Guterres e a sua equipa de ministros e secretários de Estado administraram Portugal, porque os quatro anteriores foram examinados nas legislativas de 1999 e foram-no favoravelmente, uma vez que os cidadãos quase nos deram a maioria absoluta no Parlamento”, defende. Para Miguel Trindade, a *performance* socialista foi “boa”, apesar de reconhecer que o biénio final foi “menos satisfatório”.

“Houve muita coisa que correu mal. Houve muita coisa que, se calhar, não foi muito bem feita por nós e tem que se assumir isso”, reconhece.

Mas, o jovem socialista sublinha que o factor sorte e a conjuntura internacional também não favoreceram a estada do PS no seu segundo Governo: “Houve muitos factores, internos e externos, que condicionaram a actuação do

Eng. Guterres e da sua equipa ministerial”. Com o Partido a passar para a oposição, Miguel entende como “fundamental que os socialistas saibam desempenhar esta função muito melhor do que o PSD” e que “consiga estar atento às manobras desta coligação de direita”.

Miguel alerta para o carácter fundamental dos próximos quatro anos, apoiando-se no fim do III Quadro Comunitário de Apoio precisamente em 2006, altura em que deverão decorrer novas eleições legislativas.

Até lá, o jovem espera do PS que saiba “vigiar muito bem o Governo de Durão para que não passe por portas travessas”, uma vez que “estes próximos quatro anos serão cruciais para o País”, adianta.

O Partido deverá, assim, ser “uma espécie de fiscal rigoroso”, que saiba apresentar alternativas, não criticando apenas por criticar. Deverá, portanto, “quebrar a regra do bota abaixo”.

Quanto à apatia da juventude face à política, Miguel recorda que os jovens são naturalmente influenciáveis pela sua escassa experiência, costumando deixar-se arrastar por aqueles que consideram seus líderes ou suas referências.

“Há alguns jovens que vêem na adesão a um partido, uma porta aberta para realização pessoal, mas existe de facto uma apatia da juventude relativamente à política que deriva também de uma certa desatenção dos séniores”, considera, acrescentando que “os jovens sentem quando são interpelados apenas para ganhar o seu voto, sem convicção e sem concretização na prática”.

Outra causa do afastamento da juventude reside, segundo este militante do núcleo do Cacém, numa falta de cultura política no seio familiar que incentiva à marginalização do universo político-partidário.

“O nível de abstenção fala bem de um fenómeno geral de desinteresse pela política” que, na

óptica do Miguel, “não se restringe apenas à camada jovem da população”.

“O importante é inverter esta situação. Incentivar a participação. Há muito a fazer, apesar do muito que já foi feito”, diz, aconselhando o Partido socialista a dar mais voz à juventude nas secções, nas federações e nos órgãos nacionais.

“A JS deve ser tida em conta como elemento interveniente e reivindicativo”, defende, explicando que “contar com a Juventude Socialista é deixá-la participar em pleno, não apenas como elemento decorativo”. Sobre a nova liderança do PS, Miguel Trindade diz que “Ferro Rodrigues conseguiu reunir forças para reconquistar a alma socialista e levar o seu projecto avante”.

“Já ninguém pode dizer com justiça que Ferro é um líder para queimar. Basta olhar para os resultados eleitorais alcançados pelo PS e para o tempo em que o nosso secretário-geral logrou a viragem e a sua aceitação”, considera, apesar de considerar que “há ainda algum trabalho de retoque e correcção a fazer na imagem política no novo líder, mas isto é uma questão de tempo”.

No que diz respeito à sua actividade partidária, Miguel recorda que começou, mesmo antes da adesão à JS, a colaborar em algumas campanhas nacionais.

Ao entrar na família socialista, em 1995, o jovem militante fez campanha pela eleição de António Guterres, um ano mais tarde trabalhou nas acções de promoção da candidatura de Jorge Sampaio à Presidência da República e voltou às legislativas em 99, bem como nas últimas autárquicas.

Agora e no futuro, Miguel Trindade promete não desarmar, garantindo a sua disponibilidade para enfrentar pelo e com o Partido Socialista os novos desafios da vida política nacional.

MARY RODRIGUES

VIEIRA DO MINHO

# AUTARQUIA PS QUER QUE FUTURO GOVERNO CUMPRA COMPROMISSOS

Será que o próximo Governo de direita vai respeitar os compromissos assumidos pelo Governo do PS para com as Câmaras do interior do País, no quadro de política de coesão nacional e de desenvolvimento sustentado que foi seguida nos últimos seis anos? As preocupações e os receios são já muitos quanto às intenções do futuro Governo neste domínio.

O presidente da Câmara de Vieira do Minho, o socialista Travessa de Matos, espera que o futuro Governo mantenha os apoios estatais aos projectos de construção de uma biblioteca, de um museu e do Palácio da Justiça.



Travessa de Matos considera que "seria uma tragédia para Vieira do Minho, um concelho do interior que ainda luta com grandes dificuldades", se os contratos-programa assinados com o Governo socialista não fossem respeitados pelo futuro Executivo. Adiantou que a candidatura para a construção da biblioteca, com auditório, já foi aprovada pelo Programa Operacional da Cultura, estando agora o projecto a receber ajustes, por iniciativa dos institutos do Livro e das Artes e Espectáculos do Ministério da Cultura. Referiu que a candidatura para a criação de um museu na vila será analisada hoje, dia 28, pela respectiva Unidade de Gestão, após

o que se avançará para a celebração de um contrato-programa.

Quanto ao novo Palácio da Justiça, adiantou que a Câmara já indicou os terrenos disponíveis, faltando apenas concluir o projecto de arquitectura.

Além destas infra-estruturas, acrescentou o autarca, a Câmara e o Instituto de Estradas estão a ultimar o projecto de rectificação da Estrada Nacional 304, que liga a sede do concelho à vila de Rossas e que é um dos mais antigos anseios das populações da zona. Em andamento está também o projecto do arranjo e modernização do edifício dos Paços do Concelho.

AVEIRO

# CÂMARA ENCOMENDA ESTUDO PARA NOVA PONTE

O Executivo da Câmara de Aveiro decidiu abrir um concurso para a apresentação de um estudo de viabilidade de construção de uma ponte rodoviária entre a sede do concelho e a freguesia de S. Jacinto, iniciativa que recolheu o voto unânime da oposição.

A localização dos possíveis traçados e o

respectivo estudo de impacte ambiental são alguns dos principais elementos que o documento deve reunir.

Segundo o presidente da edilidade, o socialista Alberto Souto, "trata-se de encomendar um estudo que nunca foi feito sobre um tema que é falado há décadas, no sentido de ser tomada

uma decisão fundamentada".

Para se perceber o alcance que tem a construção desta nova infra-estrutura na melhoria da qualidade de vida dos aveirenses, refira-se que actualmente para ir de Aveiro a S. Jacinto por estrada tem de se percorrer 50 quilómetros. A travessia sobre a ria de Aveiro poderá reduzir

para cerca de dez minutos o percurso entre Aveiro e S. Jacinto.

Souto não exclui, no entanto, a hipótese de "um túnel, se for melhor do ponto de vista ambiental e mais económico", e refere que, no caso de a nova ligação ser decidida, o "ferry-boat" acabará por ser posto de lado.

EMPRESAS

# PRESIDENTE DA IPE DEFENDE REFORÇO DA "HOLDING"

**O presidente da Investimentos e Participações Empresariais (IPE) manifestou-se contra a extinção desta "holding" do Estado e defendeu antes o reforço das suas competências. A IPE, ameaçada de extinção por Durão Barroso durante a campanha eleitoral, teve um resultado líquido de 54,7 milhões de euros em 2001, o que a coloca como a empresa mais rentável do sector empresarial do Estado, a seguir à Caixa Geral de Depósitos.**

António Castro Guerra, que falava aos jornalistas na apresentação dos resultados da empresa referentes ao exercício de 2001, mostrava-se, assim, contra a ameaça de encerramento desta estratégica e lucrativa "holding", defendendo o alargamento das suas áreas de competência.

"Os accionistas da IPE são soberanos e cabe a eles decidir o que fazer com a empresa, mas eu gostaria que, antes da tomada de qualquer acção, me deixassem expor as razões para o

seu não encerramento", afirmou Castro Guerra, que disse não entender porque se querem destruir "instituições que funcionam, que são centros de competência e que dão 50 por cento dos seus lucros ao Estado".

A IPE, adiantou, "é uma importante sociedade de capital de risco, captação de investimento estrangeiro e uma ferramenta útil para a internacionalização das empresas portuguesas. "É preciso reequacionar a gestão das participações do Estado", afirmou, questionando-se quanto à existência de três entidades gestoras - Tesouro, Parpública e IPE - dessas participações e sugerindo, ao mesmo tempo, o reforço das competências da IPE. Por outro lado, o presidente da IPE defende que a "holding" estatal é a mais indicada para acompanhar a privatização das empresas públicas, "ajudando a despolitizar essas operações".

## Lucro da IPE sobe 41,3 por cento

A Investimentos e Participações Empresariais (IPE) obteve um lucro não consolidado de 54,7

milhões de euros em 2001, mais 41,3 por cento do que no ano anterior.

Para os resultados do grupo contribuíram a actividade das empresas do grupo, com 22,5 milhões de euros, a gestão da carteira de participações financeiras, com cerca de 15,2 milhões de euros de mais-valias - para o qual contribuiu a alienação da participação da Cimpor - e dividendos de 7,4 milhões de euros, além da regularização de responsabilidades contingentes, ligadas ao capital de risco, em 14,1 milhões de euros.

Segundo explicou o presidente da IPE, António Castro Guerra, o resultado líquido apresenta uma maior incorporação de ganhos obtidos com actividades como ambiente, energias renováveis, capital de risco e a exploração de parques empresariais (Quimiparque).

Ao longo do ano, a IPE alienou participações em nove empresas no valor de 28 milhões de euros e reforçou as participações em seis empresas, sendo que os aumentos de capital e as aquisições totalizaram 19 milhões de euros. O activo líquido da empresa é de 927 milhões de euros - valor antes da consolidação com

outras empresas do grupo - e os capitais próprios são de 846 milhões de euros, o que significa que autonomia financeira é de 91 por cento.

## Bom contribuinte para o Orçamento

"Isto é", explicou o presidente, "a empresa praticamente não tem passivo, tendo, no decorrer do ano, liquidado o empréstimo obrigacionista de 39,7 milhões de euros".

A IPE distribuiu 50,2 por cento dos seus resultados, ou seja, 27,4 milhões de euros aos accionistas.

"É, portanto, um contribuinte significativo para o Orçamento de Estado, quer pela via dos dividendos quer do impostos sobre o rendimento das pessoas colectivas (IRC), que foi de 2,6 milhões de euros em 2001", adiantou Castro Guerra.

Segundo o presidente da "holding" a capacidade de alavancagem de investimentos é da ordem dos seis mil milhões de euros, "uma capacidade a não desperdiçar", nomeadamente na "captação do investimento directo estrangeiro".

# A DIVERSIDADE CULTURAL COMO POTENCIAL DE DESENVOLVIMENTO



**JOSÉ LEITÃO**

Num período em que alguns se empenham em criar muros entre os cidadãos, tomando como pretexto o que no outro há de diferente, é importante dizer que é possível conjugar diversidade e coesão e que a diversidade pode e deve ser um factor de desenvolvimento.

Como tivemos oportunidade de afirmar, na Conferência Mundial Contra o Racismo, Discriminação Racial, Xenofobia e Intolerância, realizada em Durban, a sociedade portuguesa é uma sociedade cada vez mais desenvolvida em que os governos socialistas procuraram conjugar a diversidade e a cidadania.

Temos procurado promover uma sociedade inclusiva, participativa e não racista que considera a diversidade um factor de enriquecimento cultural.

Portugal mudou profundamente nos últimos trinta anos, de país de emigração, tornou-se, cada vez mais, também um país de imigração. Um escritor português, Fernando Dacosta, exprimi esta realidade nos seguintes termos: "Em todas as paragens deixámos descendentes, nas horas de retorno outros povos, pretos, mulatos, indianos, orientais, vêm conosco, acrescentam-nos, aprendem o frio e a geografia, ajudam no erguer das casas, no amanho dos baldios, inovam a cozinha, a música, o imaginário, dissipam o isolamento" (*in*, "O Víuvo", p. 175, Ed. D. Quixote).

Não foram apenas os imigrantes que contribuíram para tornar Portugal uma sociedade com maior diversidade cultural. Também os emigrantes portugueses que regressaram e os chamados retornados contribuíram para mudar profundamente para melhor a sociedade portuguesa.

De uma forma que se me afigura ter sido particularmente feliz, e com um grande sentido de humor, Miguel Esteves Cardoso referia no célebre artigo intitulado "Recusaram um visto à garota de Ipanema para passear na praia de Paço de Arcos": "Quando me lembro de Lisboa e Portugal antes da vinda dos caboverdianos e dos hippes holandeses, dos brasileiros, dos agricultores ingleses e dos imigrantes angolanos, lembro-me de uma cidade triste e metida consigo mesma, cinzenta e provinciana, onde só as palmeiras e os monumentos com mais de 400 anos faziam suspeitar que Lisboa tinha sido a capital de um grande império e que de Portugal se tinha partido para todo o mundo" (*in* O Independente, 3/01/92).

É inegável, em meu entender, que graças à vinda dos portugueses de África e de outras áreas, bem como dos imigrantes, a sociedade portuguesa se tornou aberta, mais solta, mais alegre.

Depois desta data, novos e diversificados fluxos de imigrantes nos acrescentaram vindos da Europa do leste, do Brasil ou, em menor número, de alguns países asiáticos. Face a esta realidade, há que saber interpretar

**A integração local e a forma como se criam condições a nível territorial para facilitar o conhecimento mútuo, a cooperação e o convívio entre cidadãos de diferentes origens culturais, étnicas, nacionais ou religiosas é uma área privilegiada para potenciar a diversidade cultural como oportunidade para o desenvolvimento.**

o seu significado. A anomia de um país, como afirmava recentemente Roberto Carneiro, traduz-se em emigração, a atractividade em imigração. Só países que estão vivos, num processo de desenvolvimento é que atraem imigrantes.

Dissémos que a diversidade cultural, em sentido amplo, pode e deve ser um factor de desenvolvimento, quer isto dizer, que há que gerir a diversidade de forma a que seja efectivamente uma oportunidade para o desenvolvimento.

Há, com efeito formas erradas de gerir a diversidade. É o que acontece quando se criam sociedades segmentadas e guetizadas em vez de sociedades coesas em que se promove o diálogo intercultural, a cooperação e a solidariedade entre todos os residentes.

Para que a diversidade seja um factor de desenvolvimento, há que evitar que uma minoria nacional ou cultural esteja em maioria em qualquer bairro. Quando isso acontece a minoria fica fechada dentro de si própria, constitui-se como uma ilha de um arquipélago imaginário, não se esforça para ir ao encontro de outro, perceber os códigos e as regras da sociedade em que se insere.

Uma forma inovadora de prevenir isto foi o PER-Famílias, que se traduziu na natural e voluntária disseminação de famílias que tiveram oportunidade de estabelecer novas relações sociais, diferentes das que existiam nos bairros de onde viviam anteriormente.

Isto não significa que a diversidade nacional, cultural ou religiosa, não tinha o direito de se exprimir. Tem esse direito e deve ser valorizada como um factor de enriquecimento cultural da sociedade no seu conjunto.

As identidades diversas só se tornam negativas quando são excludentes, quando se fecham ao diálogo intercultural, com o outro, com o diferente.

Permitam-me que vos dê dois exemplos, muito simples, da importância da diversidade como um estímulo ao desenvolvimento.

Em França, uma empresa imobiliária adoptou a seguinte prática. Procura que entre os compradores tanto quanto possível se encontrem cidadãos de nacionalidades e culturas diversas. A razão é simples. Constataram que dessa forma se criavam, melhores condições para a conservação dos equipamentos colectivos do que nos casos em que as populações eram homogéneas.

Outro caso, passou-se num concelho da área Metropolitana de Lisboa. Havia uma escola primária que era frequentada por meninos e meninas de origens culturais e sociais diversas. Os pais das crianças de origem africana começaram a reivindicar uma escola mais perto das suas casas no interior do seu bairro. Os pais das crianças que não tinham origem africana também pensaram que era uma boa ideia. Assim os filhos escusavam de chegar a casa a falar crioulo. Assim se fez. O nível escolar dos meninos de origem africana baixou. Com uma escola ao pé da porta, as famílias desleixaram-se. Na apresentação das crianças, deixou de se verificar o desejo positivo de afirmação. Os meninos de origem não-africana ficaram com menores competências para no futuro viverem num mundo em que temos que ser capazes de nos entendermos e vivermos juntos sem discriminação.

A criação de condições para que a sociedade aprenda com a diversidade, é tarefa de todos, dos governos, mas também das famílias dos partidos e dos sindicatos, das igrejas, dos diferentes tipos de associações e das autarquias locais.

A integração local e a forma como se criam condições a nível territorial para facilitar o conhecimento mútuo, a cooperação e o convívio entre cidadãos de diferentes origens culturais, étnicas, nacionais ou religiosas é uma área privilegiada para potenciar a diversidade cultural como oportunidade para o desenvolvimento.

Portugal foi um país que se desenvolveu sempre, que soube aproveitar os saberes que cidadãos de diferentes origens canalizaram para o país. Sempre que se fechou à diferença cultural, étnica ou religiosa comprometeu o desenvolvimento.

Os descobrimentos portugueses só foram possíveis com o aproveitamento dos saberes dos portugueses de diferentes origens e com a vinda de imigrantes, nomeadamente, de marinheiros genoveses.

Num célebre livro intitulado "Riqueza e a Pobreza das Nações" porque são algumas tão ricas e outras tão pobres" recentemente publicado em português, David S. Landes escreveu a propósito dos descobrimentos portugueses:

"A façanha portuguesa é testemunho do seu espírito empreendedor e força da sua fé religiosa e entusiasmo: da sua capacidade para mobilizar e explorar os conhecimentos e as técnicas mais recentes. Nenhum chauvinismo tolo; o pragmatismo em primeiro lugar".

A Inquisição com a perseguição a judeus e mouros foi uma das causas da decadência durante séculos do país, privando-nos de competências culturais e económicas que teriam permitido o nosso desenvolvimento desde os alvares da modernidade.

A questão a que temos de responder, neste momento, não é saber se a diversidade étnica, cultural, nacional ou religiosa é ou não uma oportunidade para o nosso desenvolvimento. Isto é óbvio.

A questão é outra, é como é que devemos agir a nível nacional e local para que a diversidade



seja efectivamente um recurso para o nosso desenvolvimento e não uma oportunidade perdida. Para que a diversidade cultural seja um factor de desenvolvimento é também necessário que esteja ligada a políticas que promovam efectivamente a igualdade de oportunidades para todos prevenindo e combatendo fenómenos de discriminação e de politização da etnicidade. Devemos definir políticas que nunca esqueçam que, como escreveu o escritor moçambicano Mia Couto "Cada pessoa é uma humanidade individual" e agir de forma coerente com este princípio. Temos que reconhecer que há ainda muito a fazer no caminho para a igualdade e que vai ser mais difícil avançar com a existência de um governo de direita, mas temos de confiar na firmeza das novas ideias e na possibilidade de as tornar uma força social que permita construir um futuro mais justo para todos.

Não podemos ignorar a necessidade de promover a entrada nas nossas fileiras de cidadãos de todas as origens étnicas e culturas, incluindo cidadãos estrangeiros naturais dos Estados-membros da Comunidade dos Países de Língua Portuguesa (CPLP) e da União Europeia, como já prevê o artº 1º dos estatutos do Partido Socialista.

Temos, aliás, de abrir a breve prazo, o nosso partido a todos os cidadãos legalmente residentes, sem limitações de nacionalidade.

Hoje já é possível a um peruano votar e ser candidato a uma eleição local e ainda não é – pelo menos, face à letra dos estatutos – ser membro do Partido Socialista.

Preocupa-me o facto de termos tantos jovens portugueses negros, ciganos e indianos, ou filhos de imigrantes que ainda não foram estimulados a entrar na Juventude Socialista e/ou no Partido Socialista. Sabemos que já há militantes com estas origens e que há toda a abertura da Juventude Socialista e do Partido Socialista para os acolher mas temos que ser mais proactivos nesta matéria. É preciso depois que estes militantes ascendam naturalmente pelo seu mérito e empenhamento a todos os níveis da Juventude Socialista e do Partido Socialista.

Esta actuação é a única com o que inscrevemos no nosso programa eleitoral, nomeadamente, quando nos propusemos promover "um Plano Nacional de Integração dos Imigrantes legais em

articulação com o Plano Nacional de acção para a Inclusão em que se:

(...) Estimule o diálogo intercultural e a aprendizagem do viver juntos, sem discriminações entre cidadãos, independentemente da sua origem nacional ou étnica;  
 (...) Promova uma participação equitativa dos cidadãos na vida social, económica e cultural – e deve acrescentar-se política – prevenindo e combatendo fenómenos de discriminação e de politização da etnicidade".

Temos que assumir que somos cada vez mais uma Nação cosmopolita como tem vindo a afirmar o sociólogo Rui Pena Pires.

Temos um sonho, pelo qual, há que lutar contra todos os que se opuserem à sua concretização, utilizando todos os meios que o Estado de Direito democrático coloca nas nossas mãos, é possível assegurarmos a igualdade de oportunidades para todos, evitando que exista uma fractura social étnicamente demarcada.

Só desta forma a diversidade cultural será um potencial de desenvolvimento para Portugal e para todos os que aqui vivem e trabalham.

**Para alguns trata-se simplesmente de decidir, se o PS deve continuar a ser o partido equidistante da direita e da esquerda (como imaginam que foi durante o consulado guterrista) ou, se pelo contrário, deverá assumir um papel preponderante na área do centro-esquerda e da esquerda.**

# SIM AO DEBATE

Contados que foram os votos, serenados que estão os ânimos, o PS compreendeu finalmente que perdeu as últimas eleições legislativas e prepara-se para se renovar em procedimentos, compromissos e métodos e, se for necessário, em pessoas que lhes dêem corpo e consistência.

Para este estado de espírito muito contribuiu o actual líder do Partido. Em primeiro lugar empenhando-se totalmente, mas sobretudo com convicção, na disputa legislativa de há 15 dias e agora protagonizando e liderando o processo de transformação e mudança de que o Partido carece.

É com este espírito e neste quadro que deve ser interpretada a proposta que o Ferro Rodrigues fará à Comissão Nacional para a marcação de um Congresso nos próximos seis meses.

Neste Congresso terá de ser discutido tudo (a liderança, os princípios, a política de alianças e os objectivos) mas tal só terá sentido, se os seis meses que ocorrerem entretanto, forem tempo para o debate tanta vez adiado e para a clarificação tanta vez recusada (sempre com o argumento da falta de tempo).

Acabou definitivamente (espero) a época das votações Kim-il-soungianas, para utilizar a expressão dum recém-convertido à doutrina e sobretudo à utilidade do PS, acabaram (espero) as ligações perigosas e indevidas de dirigentes locais, sem luz própria e cintilação (como as estrelas) que só se aguentaram com a protecção interessada de alguns líderes nacionais, acabarão (espero) as imputações de lesa-unidade para todos aqueles, mesmo os de provas permanente prestadas, que osam pensar diferente e expressar de forma audível os seus pontos de vista.

Paradoxalmente, desta vez, o tempo é coisa que não faltará ao PS, pois a direita logo que se acomode, não será fácil de desalojar.

A coligação de direita integra partidos sem causas e sem projectos que, em boa parte, se esgotam no exercício do poder.

É razoável esperar portanto que resistam e, sobretudo, é certo que jamais lhes passará pela cabeça claudicar.

Pelo contrário, o PS, sendo um partido com vocação para o exercício do poder, é sobretudo um partido de causas e de projectos e, por consequência, um partido mais exposto (como se viu em Dezembro passado) aos sinais (mesmo que indirectos) que lhe transmite o eleitorado.

Essa é provavelmente a nossa força, mas essa pode ser também, em certas circunstâncias, a nossa própria fraqueza.

O debate político que agora urge levar às consequências possíveis vai pôr provavelmente em confronto concepções ideológicas diferentes.

É bom que assim seja!

Para alguns trata-se simplesmente de decidir, se o PS deve continuar a ser o partido equidistante da direita e da esquerda (como imaginam que foi durante o consulado Guterrista) ou, se pelo contrário, deverá assumir um papel preponderante na área do centro-esquerda e da esquerda.

Esta é uma falsa questão e parte dum pressuposto errado: exactamente a ideia de que o PS terá sido nos últimos seis anos, essencialmente, um partido com uma prática política de centro, equidistante

da esquerda e da direita.

Não o foi realmente. Basta aliás analisar a evolução e a orientação da despesa pública para o compreender. O PS assumiu nos últimos anos, plenamente, o seu papel de partido de esquerda e centro-esquerda, privilegiando temas como a luta contra a exclusão, o pleno emprego, o diálogo social, em certo sentido a qualificação das pessoas, mas sobretudo a prioridade da orientação da despesa para os sectores sociais. Em linha com tudo o que foi feito na Europa, nos últimos anos, pelos Governos de esquerda. Aparentemente até terá exagerado, a avaliar pelos desequilíbrios das contas públicas, que o insuficiente crescimento das receitas fiscais impediu de sanear.

Não é portanto por aí que as coisas devem mudar. Onde as coisas devem mudar, e muito, é na natureza dos sinais que são dados à sociedade e que, em momentos particularmente delicados, podem gerar comportamentos e reacções negativas.

A sensação de falta de autoridade, a ideia de que não existe poder decisão, a tolerância para com a incompetência e o egoísmo, o aparente cansaço ou excessiva dessacralização do poder é o que verdadeiramente se torna necessário mudar.

Mudança que só se tornará possível com uma profunda alteração no funcionamento do partido, na sua organização intermédia e no reforço da solidariedade que é sempre indispensável para vencer todos os grandes desafios. Como aliás era habitual no PS e urge recuperar.

Havendo agora tempo, não há contudo tempo para continuar a adiar ou para alimentar tergiversações.



**MANUEL DOS SANTOS**

CONFERÊNCIA EM NOVA IORQUE

# GUTERRES FALOU SOBRE O FUTURO DA EUROPA

António Guterres falava, na semana passada, numa conferência sobre o futuro da Europa, que teve lugar na Faculdade de Direito da Universidade de Nova Iorque.

Durante cerca de duas horas, António Guterres, apresentado como um dos defensores de uma Europa social, falou para uma audiência composta por alunos desta universidade, professores, jornalistas, analistas políticos e convidados sobre a União Europeia e o seu ideal de Europa.

O primeiro-ministro respondeu a várias perguntas sobre a construção da União Europeia, os novos desafios face à actual conjuntura política e económica mundial, do desempenho de Portugal na última presidência da União e dos seus ideais europeístas.

Guterres começou por traçar um retrato da UE de hoje e do seu funcionamento político, que considerou ser um "misto de confederalismo e federalismo" onde não existe "uma opinião pública europeia", mas sim "15 opiniões", ou uma por Estado, para a distinguir do sistema americano.

Daí a inexistência na União de um "governo europeu", de uma estratégia económica comum ou de uma "coordenação das políticas sociais". Afirmou ainda que a Europa nunca terá sucesso se quiser "liberalizar rapidamente" e manter ao mesmo tempo as políticas sociais que caracterizam estes países.

Por isso defendeu a necessidade de sair do "debate tradicional e aproximar as reformas económicas com as políticas sociais".

O primeiro-ministro manifestou-se admirado com a recepção que estas ideias tiveram na conferência de Lisboa e recentemente em Barcelona, considerando que só esta "nova metodologia" permitirá atingir consensos entre os 15 em objectivos globais.

"Em Barcelona verificámos que esta nova metodologia funciona, pois conseguiu-se ultrapassar as dificuldades dos últimos anos, nomeadamente no que diz respeito à liberalização do mercado das energias", disse. Questionado depois sobre quais seriam as suas

**O primeiro-ministro, António Guterres, afirmou, em Nova Iorque, que uma das suas prioridades no âmbito da União Europeia (UE) se continuasse no Governo, seria procurar um balanço equilibrado entre a liberalização, nomeadamente de sectores como as energias e telecomunicações, e a socialização.**

prioridades no âmbito da União se continuasse no Governo, António Guterres disse que centraria a sua acção em duas áreas que considera ainda atrasadas: a liberalização de certos sectores, caso das energias e telecomunicações, e a procura de um balanço equilibrado entre essa liberalização e a socialização.

É que, segundo defendeu, "é preciso liberalizar, mas continuar igualmente a luta pela eliminação da pobreza".

O primeiro-ministro falou ainda depois sobre a presidência portuguesa da União Europeia e a questão das sanções à Áustria, para dizer que foi "um dos momentos mais difíceis da presidência" ou "um autêntico pesadelo".

## Uma Europa mais federal

Acrescentou, no entanto, que a decisão tomada foi a que serviu melhor os interesses dos Estados-membros e mesmo até da própria Áustria, de onde chegaram muitas chamadas telefónicas pedindo a intervenção da União. Referiu ainda o "comportamento a todos os níveis exemplar" do Governo austríaco nesta questão, acrescentando que ela acabou por permitir a abertura de reformas legislativas que evitem a repetição de situações do género no futuro.

António Guterres falou depois sobre o seu ideal



europeu, afirmando ser defensor de "uma Europa mais federal".

"Não tenho problemas em avançar mais e mais para os Estados Unidos da Europa, mas sei que isso é impossível", disse.

Por outro lado, advertiu para a necessidade de se "evitar o falso federalismo", ou seja, aqueles que defendem as ideias do federalismo mas continuam a fazer políticas nacionalistas.

Na conferência, Guterres defendeu ainda um alargamento do poder da Comissão Europeia e dos chamados países pequenos, lembrando que na maioria das vezes têm sido eles a conseguir clivar as divergências entre os grandes, de modo a ganharem-se os consensos indispensáveis ao funcionamento da própria União.

Reconheceu, porém, ser "cada vez mais difícil fazer tudo com toda a gente", defendendo por isso uma "simplificação das metodologias".

Guterres discordou ainda daqueles que defendem o fim da rotatividade da presidência europeia, e defendeu um alargamento da cidadania e do papel dos parlamentos nacionais.

O primeiro-ministro respondeu depois a uma pergunta sobre a política externa da Comunidade para dizer que ela, pura e simplesmente, não existe: "Não há uma política externa comum" e, em questões consideradas importantes, o nacionalismo de cada país continua muito forte.

Questionado sobre as relações Estados Unidos União Europeia e as constantes fricções, nomeadamente nas questões económicas, Guterres disse que isso se deve ao facto das organizações internacionais terem pouco poder para ultrapassar as instituições regulatórias de cada país.

Defendeu, no entanto, que o diálogo Estados Unidos/União Europeia "é crucial" para resolver estes problemas e se "é possível cooperar globalmente no combate ao terrorismo, também o deve ser nestas áreas".

Sobre a questão do terrorismo internacional e da actuação dos Estados Unidos, Guterres caracterizou o terrorismo como uma "forma de irracionalismo que só se pode combater com racionalismo".

Advertiu, porém, para o facto de ser impossível acabar com o terrorismo enquanto não for resolvido o problema do Médio Oriente, defendendo um maior empenhamento dos Estados Unidos, no sentido de fazerem sentir a Israel a necessidade de serem feitas cedências.

E afirmou mesmo não ter dúvidas que se dependesse de Shimon Peres e de Arafat, israelitas e palestinos há muito que se tinham entendido.

Por último, e respondendo a uma pergunta sobre o fraco investimento dos países da União Europeia nos orçamentos de defesa, ao contrário dos Estados Unidos, Guterres disse não haver possibilidades de uma Europa segura sem os Estados Unidos.

Afirmou, por outro lado, que, militarmente, o objectivo da Europa não é substituir-se aos Estados Unidos, mas desempenhar um papel cada vez mais importante em parceria com Washington.

## ONU/DESENVOLVIMENTO

# LUÍS AMADO CONTRA MARGINALIZAÇÃO DE MILHÕES DE PESSOAS

O secretário de Estado dos Negócios Estrangeiros e da Cooperação, Luís Amado, afirmou que os atentados de 11 de Setembro demonstram que a marginalização de milhões de pessoas pode contribuir para agravar as tensões políticas, com consequências difíceis de controlar.

Intervindo na semana passada, na conferência da ONU sobre o financiamento ao desenvolvimento, Luís Amado defendeu que esta reunião deve ser um ponto de referência histórico no processo de reorganização internacional necessária após a mudança das condições económicas com o fim da guerra fria.



A conferência reuniu em Monterrey, México, 52 chefes de Estado e de Governo e delegações de 180 países, para debater medidas destinadas a erradicar a pobreza no mundo.

O secretário de Estado português considerou que os desafios contidos na Declaração do Milénio devem ser considerados na sua dimensão política e estabelecer uma "aliança" internacional em favor da paz e do desenvolvimento.

Esta aliança, disse, deve ultrapassar a desconfiança causada pela "retórica contínua" e dar uma responsabilidade partilhada, nacional e internacionalmente, tanto de países

ricos como de países pobres.

Luís Amado elogiou as decisões da União Europeia e dos Estados Unidos de aumentarem as suas ajudas oficiais ao desenvolvimento, anunciadas nas vésperas da conferência, classificando-as como "um passo importante no bom caminho".

A declaração final da conferência de Monterrey estabelece uma série de medidas para melhorar a assistência aos países pobres, e reitera o objectivo internacional alcançado há trinta anos de destinar 0,7 por cento do Produto Interno Bruto às ajudas oficiais ao desenvolvimento.

**Durão Barroso cotou-se como um líder partidário frouxo, um opositor demagogo, denunciando a sua incapacidade em matérias de economia e finanças. Perdendo as legislativas antecipadas o cherne não escaparia aos companheiros abutres. Venceu mas não convenceu.**

A opinião expressa por muitos analistas e comentadores políticos não repercutiu a realidade dos resultados das últimas eleições legislativas antecipadas. Os socialistas sentem-se orgulhosos, e têm razões de sobra para tal, pelo trabalho desenvolvido durante o tempo possível de preparação para se apresentarem ao eleitorado, quer no respeitante ao programa de Governo, quer na acção de campanha e pré-campanha eleitoral. Os socialistas sentem-se orgulhosos do Secretário-geral que ultrapassou as expectativas dos mais cépticos, revalidando a sua própria identidade perante os portugueses, consolidando as suas reais capacidades junto dos militantes e reforçando a sua confiança perante aqueles que nunca vacilaram no apoio público, notório e inequívoco Ferro Rodrigues.

Depois de "Fazer Bem" o PS, em coerência com os seus princípios, legitimamente demonstrou ao País e sobretudo à oposição de centro-direita que protagoniza a diferença. Ferro Rodrigues obteve um resultado com grande significado, que permite encarar o futuro com optimismo.

Não esqueçamos.

Durão Barroso cotou-se como um líder partidário frouxo, um opositor demagogo, denunciando a sua incapacidade em matérias de economia e finanças. Perdendo as legislativas antecipadas o cherne não escaparia aos companheiros abutres. Venceu mas não convenceu.

Ao invés, Ferro Rodrigues passou a mensagem, conquistou simpatias, revelou carácter, forte personalidade, convicção, serenidade e sobretudo objectividade. Em suma, não necessitou de colocar o "púlpito" por detrás da mesa de honra, de recorrer ao Xosé ou Yosé, nem a senadores!

Traído pelo factor tempo, Ferro Rodrigues é um vencedor.

A diferença acentua-se quando pensamos que se hoje Ferro Rodrigues fosse candidato a secretário-geral do PS arrecadaria de igual forma uma vitória com mais de 90 por cento dos votos.

No pós-17 de Março iniciou-se – agora sim – um novo ciclo político no PS. Independentemente dos resultados das legislativas, Ferro Rodrigues já prometera um Congresso e prepara já a revisão dos estatutos. Ora se tínhamos consciência das dificuldades para governar Portugal perante as exigências e o rigor com vista ao cumprimento das responsabilidades assumidas na UE e dentro do País, é importante disponibilizar-nos as forças de esquerda no sentido de exercer um papel positivo para bem de Portugal e dos portugueses, sem no entanto, abdicarmos da determinação e da coragem em renovar efectivamente o nosso partido. Neste contexto, voto numa renovação com a mesma mão de Ferro, mesmo tratando-se de um doloroso exercício de persistência.

Entendo ser a hora de assumir a necessidade de chamar à responsabilidade das estruturas, novos quadros, com maior dinamismo, com novas ideias, com disponibilidade para trabalhar e sobretudo com

**Só nos faltava era que, passadas as eleições, continuassem a diversão de guerrilha ao PS, esquecendo-se dos problemas reais do País e das muitas promessas que fizeram.**

Como alguém referiu na noite das eleições, o PSD, que já se sabia ter mau perder, revelou também, uma vez mais, que não sabe ganhar. É indistigável a arrogância intrínseca que lhe está na massa do sangue e que não consegue controlar, nem mesmo perante a escassez da vitória ou, porventura, até, por isso.

A rábula acusatória do Dr. Santana Lopes e quejandos, sobre uma alegada falta de "fair play" de Ferro Rodrigues, pelo não reconhecimento, tão rápido quanto desejaríamos, da sua vitória eleitoral e consequente explicitação de felicitações, é disso prova bem elucidativa.

Queriam, à viva força, não obstante a incerteza das projecções colhidas à boca das urnas - que a diferença final de apenas 2,2 por cento entre os dois partidos, só veio confirmar - que o líder do PS, de pronto, os declarasse vencedores, antes mesmo de se saber, com um mínimo de segurança e de bom senso, que nestas ocasiões sempre deve prevalecer, quem tinha, de facto, ganho as eleições. O argumento foi de que nas eleições anteriores eles próprios tinham sido muito mais lesto no reconhecimento da vitória adversária. Que confusão naquelas cabeças!... Como se ligeiramente tivesse alguma coisa a ver com simpatia ou "fair play"! Mais, como se fosse possível qualquer comparação entre a incerteza das projecções dos resultados de agora - oscilando entre o zero e os quatro por cento - e a indubitabilidade das projecções de há dois, ou de há seis anos, em ambos os casos, indicadores de uma diferença abissal a separar os dois partidos.

Do que se haviam de lembrar!...

Não menos absurdo é o labéu fantasmagórico, de uma imaginária intentona, ou golpe palaciano, envolvendo a Presidência da República e uma hipotética maioria parlamentar de esquerda, visando impedir o partido vencedor de formar Governo.

Que imaginação fértil... e ainda há quem diga, com tantos crânios destes desperdiçados aos milhares, que somos um País frágil ao nível das ciências da invenção e da inteligência científica! É óbvio que um Governo liderado pelo PS, com maioria de esquerda, ou não, só faria sentido, desde que fosse o partido com mais votos nas eleições, a menos que outros eventualmente mais votados, mas sem maioria parlamentar, abdicassem irresponsavelmente, por birra ou qualquer outro capricho político, de governar Portugal.

No momento em que escrevo este artigo não está ainda de todo adquirido se o PSD e o CDS/PP farão, ou não, coligação governamental, embora tudo aponte que sim.

Durante vários anos os dois partidos, e não só, uniram-se frequente e estrategicamente na Assembleia da República, numa autêntica coligação de interesses e de obstaculização feroz e

## O PÓS-17 DE MARÇO



NESTOR REBELO BORGES

provas dadas, e, com a mesma energia, com o mesmo entusiasmo dos políticos que são hoje uma referência no PS.

Renovar a nova maioria não significa excluir. É imprescindível constatar que somos um partido com grande potencialidade, mas que de nada nos serve, se optarem pelo imobilismo ou se continuarem apegados a certos vícios. Os militantes do PS terão daqui a alguns meses a oportunidade de manifestarem a sua opinião, que se espera justa e razoável. A humildade democrática é um valor fundamental.

O PS no pós-17 de Março tem um líder. O PS no pós-17 de Março dispõe de tempo para criar condições que lhe permitam coordenar os destinos das estruturas, com novos protagonistas cujo desempenho complementar-se-á com o apoio de todos. A história do nosso partido regista os momentos de união que nos conduziu ao estatuto de maior partido português. Saibam dar o indispensável contributo, desinteressadamente, para prepararmos o futuro no PS que é o futuro de Portugal.

Do mesmo modo, saibamos trabalhar afinadamente e todos em conjunto, na defesa dos princípios e dos valores com os quais nos identificamos, para que nomes como António José Seguro, Francisco Assis, Paulo Pedroso, António Costa, José Sócrates, entre muitos outros, possam merecer a confiança dos portugueses que manifestaram a esperança em Ferro Rodrigues. No pós-17 de Março sejamos ainda mais PS.

## PELO ANDAR DA CARRUAGEM...

sistemática aos Governos do PS, particularmente quanto às grandes questões nacionais e nomeadamente os Orçamentos do Estado e as Grandes Opções do Plano.

O mínimo que se lhes poderá exigir agora, é que, depois de tanta oposição histórica e estéril e de tanta coligação destrutiva, é tempo de se entenderem a sério e de apresentarem uma solução construtiva e de estabilidade para Portugal. Só nos faltava mesmo era que, passadas as eleições, continuassem a diversão de guerrilha ao PS, esquecendo-se dos problemas reais e das muitas promessas que fizeram.. O País precisa de estabilidade, confiança e de um Governo que dê garantias de poder relançar o progresso económico, criar riqueza e redistribuí-la com justiça, mas, sobretudo, que seja melhor que o actual, pois, de contrário não valia a pena ter havido eleições.

Quanto aos resultados eleitorais na Terra do Povo superior, dizem os entendidos que esta 34.ª vitória eleitoral absoluta e consecutiva é a prova insofismável da salubridade do sistema. Não fora uns pequenos problemas ainda por limar no aprofundamento da Autonomia – entenda-se da Autonomia deles – e tudo estaria numa boa, tal como no reino da Dinamarca. Quem sou eu para contrariá-los? No fim de contas o dito Povo superior até sempre gostou do bailinho pesado...



GIL FRANÇA

# A SEMANA PREVISTA

SEG.

O Secretariado Nacional do PS reúne-se na próxima terça-feira, dia 2 de Abril

TER.

No âmbito da reabertura dos trabalhos parlamentares, está marcada para dia 2 de Abril uma conferência de líderes, devendo a Assembleia da República reunir em sessão plenária a 4 de Abril.

QUA.

Antes de conferir posse ao novo Governo, o Presidente da República receberá os partidos políticos com assento parlamentar, dando cumprimento ao consignado na Constituição.

QUI.

Tem hoje lugar a última reunião de Conselho de Ministros presidida por António Guterres.

Realiza-se a primeira reunião da nova Comissão Permanente da Junta Metropolitana de Lisboa, presidida pela socialista Maria da Luz Rosinha.

SEX.

O Presidente da República, Jorge Sampaio, deverá receber um telefonema do seu homólogo de S. Tomé e Príncipe, Fradique de Menezes, com o qual é simbolicamente inaugurado o serviço de telefone móvel daquele país africano de língua portuguesa.

SÁB.

Finalmente, deverá ser conhecido o novo elenco governamental.

DOM.

SEG. TER. QUA. QUI. SEX. SÁB. DOM.

## ACÇÃO SOCIALISTA INFORMAÇÕES ÚTEIS

**Sede Nacional  
do Partido Socialista**  
Largo do Rato  
21 3822000

**Brigada de Trânsito**  
Telefone Geral - 21 392 23 00

**Prevenção Rodoviária Portuguesa**  
Telefone Geral - 21 727 24 35

**Brisa (Sede)**  
Telefone Geral - 21 444 85 00

**Direcção-Geral de Viação**  
Telefone Geral - 21 312 21 00

**Caminhos de Ferro  
Portugueses -CP**  
Telefone Geral - 21 811 20 00

**Unicre**  
Telefone Geral - 21 350 95 00



ÓRGÃO OFICIAL DO PARTIDO SOCIALISTA  
Propriedade do Partido Socialista

### FICHA TÉCNICA

Director **António José Seguro**

Director-adjunto **Silvino Gomes da Silva**  
silvino@partido-socialista.pt

Coord. Administrativo e Financeiro **José Manuel Viegas**  
Grafismo **Miguel Andrade**

Redacção **J.C. Castelo Branco**  
castelbranco@partido-socialista.pt

**Mary Rodrigues**  
maryr@partido-socialista.pt

Secretariado **Sandra Anjos**  
sandraanjos@partido-socialista.pt

Paginação electrónica **Francisco Sandoval**  
fsandoval@partido-socialista.pt

Edição electrónica **Joaquim Soares**  
**José Raimundo**  
**Francisco Sandoval**

Internet **www.ps.pt/accao**  
E-mail **Accao.Socialista@partido-socialista.pt**

Redacção, Administração e Expedição **Avenida das Descobertas 17**  
Restelo - 1400-091 Lisboa

Telefone 21 3021243 Fax 21 3021240

Toda a colaboração deve ser enviada para o endereço referido

Depósito legal N° 21339/88; ISSN: 0871-102X

Impressão Mirandela, Artes Gráficas SA  
Rua Rodrigues Faria 103, 1300-501 Lisboa



- Quero assinar o Acção Socialista na modalidade que indico**  
Junto envio o valor da assinatura

- Quero renovar a assinatura**  
Junto envio o valor da assinatura

- Cheque  
 Vale de correio  12 meses

Por favor remeter este cupão para:

**Acção Socialista**  
Avenida das Descobertas, 17 - Restelo  
1400-091 Lisboa

Nome \_\_\_\_\_  
Morada \_\_\_\_\_  
Localidade \_\_\_\_\_ Código Postal \_\_\_\_\_

Assinaturas	12 meses
	52 números
Continente	25 €
Regiões Autónomas	32 €
Macau	54 €
Europa	63 €
Resto do Mundo	92 €

O valor das assinaturas  
de apoio é livremente fixado  
pelos assinantes  
a partir dos valores indicados